Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 27 de fevereiro de 2020
Ata N.º 26

No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, na sede da Sociedade de Instrução Musical em Quinta do Anjo, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Informação sobre atividade das Comissões da Assembleia Municipal;

PONTO TRÊS – Revisão do Regulamento do Projeto EcoEmpresas;

PONTO QUATRO – Desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado de parcela de terreno com área de 5.077 m^2, e posterior constituição de direito de superfície a favor da AAJONG – Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras;

PONTO CINCO – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Palmela;

PONTO SEIS – Adesão do Município de Palmela à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico;

PONTO SETE – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização;

PONTO OITO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos – Adjudicação.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento e pelo Membro Sr. Carlos Alberto das Neves Moço.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;

- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sra. Helena Maria Bráz Almeida Matos Gaspar.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino.

Por parte do Bolco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano** que se encontrava presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tomás Anjos Barão** que não se encontrava presente.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS,** Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar pela **Sra. Helena Maria Bráz Almeida Matos Gaspar,** secretária do executivo que se encontrava presente.
- **Sr. José Manuel da Cruz Silvério do PS,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos de saúde, pelo período de cento e oitenta dias a partir 14.02.2020, pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora vago será ocupado pelo **Sr. Pedro Miguel Paula Biu** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU, Roberto José Lopes Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP e Pedro Miguel Paula Biu do PS** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Informou, ainda, a Sra. Presidente da Mesa que os/as Srs./Sras. Membros em falta se encontram atrasados e iniciarão a sua participação mais tarde.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Queria começar por cumprimentar todos nesta nossa sessão e permitam-me que comece por cumprimentar o Sr. Presidente da Junta que está aqui na sua qualidade de Membro da Assembleia Municipal, mas que nos recebe nesta freguesia. Não estou a ver, penso eu, nenhum dirigente da SIM – Sociedade de Instrução Musical mas queria, através do Sr. Presidente da Junta, deixar aqui um agradecimento formal à Sociedade de Instrução Musical, que nos recebe, dizendo que para nós é com muito gosto que aqui nos encontramos em Quinta do Anjo por um lado, e, por outro lado nesta instituição em particular. Deixo na pessoa do Sr. Presidente um agradecimento pelo facto de nos terem recebido e apoiado até na organização da própria sessão.

Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores, confesso que não estou habituada a olhar para a "direita" ligeiramente para trás para cumprimentar a Câmara Municipal mas hoje é uma sessão com uma organização espacial diferente vamos todos habituarmo-nos, e finalmente, mas não menos importante, cumprimento as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia Municipal, caros colegas, igualmente as Sras. e os Srs. Munícipes e os Srs. jornalistas presentes nesta sessão.

Os nossos trabalhos de hoje, como provavelmente têm presente, tem uma ordem de trabalhos que não é muito longa mas pelo facto de ser uma reunião descentralizada e como sabem a sessão da Assembleia Municipal tem habitualmente o período dedicado à intervenção do público logo no início da sessão e isso significa que quem quiser, porventura, intervir é neste período inicial da sessão que o pode fazer.

Gostava de sublinhar a ausência, sem ser injusta para com nenhum dos outros, por um lado do Carlos Caçoete e por outro lado o pedido de suspensão de mandato de José Manuel Silvério, ambos por razões de saúde e com certeza que em conjunto daqui desejamos as melhoras a um e outro e se possível a sua recuperação."

<u>Período de Intervenção dos Munícipes</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto aos Srs. Munícipes presentes se desejam usar da palavra, colocar alguma questão à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, fazer alguma intervenção?

Alguns acabaram de chegar e eu queria informar que nas Assembleias Municipais o período de intervenção dos Srs. Munícipes é feito no início da sessão e deveria de ser agora. De qualquer modo por regra é assim é neste período e termina a possibilidade de intervenção, mas como há pessoas a chegarem nós entramos já no período de antes da ordem do dia para apreciação dos temas que foram identificados e, excecionalmente, eu volto a preguntar antes de entrarmos no ponto seguinte, se não houver oposição da Assembleia, se algum dos presentes deseja intervir, está bem? É só para ganharem um bocadinho de ritmo, imagino eu.

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dos assuntos dirigidos à Mesa para apreciação nesta sessão, nós temos um Voto de Pesar, uma Saudação e uma Proposta de Recomendação. De acordo com a ordem de entrada daria a palavra ao MIM para apresentação do Voto de Pesar em nome de Ismael Baltazar."

Voto de Pesar MIM "José Augusto Ismael Baltazar"

Tomou a palavra a **Sr. Mário Rui Faustino Baltazar** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre este Voto de Pesar alguém quer usar da palavra?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Boa noite, Sra. Presidente, caríssimos Membros da Mesa da Assembleia, digníssimos representantes e elementos da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público em geral, técnicos do município aqui em trabalho e jornalistas uma boa noite para todos.

Relativamente a este Voto de Pesar o Partido Socialista associa-se ao mesmo, tendo três ou quatro notas a fazer sobre alguma terminologia aqui utilizada.

A primeira tem a ver, eu depois faço chegar à Mesa que é mais fácil, tem a ver com o quinto parágrafo, quando se fala que: *"…em mil novecentos e oitenta e um liderou como Presidente o Concelho Fiscal…"*, este conselho é um conselho consultivo, é com "s" e está com "c" e depois cá em baixo na mesma página, *"…José Augusto Ismael Baltazar exerceu o cargo no executivo…"*, o cargo de Vereador tem que se explicar aí genericamente que é de Vereador.

A última frase, *"Os eleitos do Movimento Independente pela Mudança, reunida em Quinta do Anjo…"*, ou seja deve ser "os eleitos do Movimento Independente pela Mudança, na Assembleia Municipal reunida em Quinta do Anjo…" e continuam por aí. Penso que são estas três notas, que se o MIM entender como positivas podemos perfeitamente acrescentar.

E era só Sra. Presidente, obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Há alguma objeção? Não, pois não, são questões de forma.

Mais alguma intervenção? Vou dar a palavra ao PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Já agora só mais uma correção, já que o meu colega José Carlos andou aqui dedicado ao português, aqui na penúltima linha: "*Os eleitos do Movimento Independente….* e endereçam…" que é plural.

É só isso, mais nada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Alguma questão sobre o Voto? Vamos votar."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Seguindo a lógica de entrada junto da Mesa, através dos serviços da Assembleia Municipal, dou agora a palavra à CDU para apresentar uma Saudação sobre o "Dia Internacional da Mulher".

Vai usar da palavra Sra. Membro da Assembleia, Cristina Moura."

Saudação CDU "Dia Internacional da Mulher"

Tomou a palavra a **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem, obrigada.

Srs. e Sras. Membros da Assembleia, sobre esta Saudação alguém deseja intervir?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sra. Membro da Assembleia Patricia Caixinha."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente da Assembleia, na sua pessoa permita-me cumprimentar a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, trabalhadoras e trabalhadores da autarquia aqui presentes, comunicação social e público em geral.

Relativamente a esta Saudação, é um tema que é bastante sensível e caro ao Partido Socialista e, como tal, estamos de acordo com a Saudação. Tínhamos aqui apenas uma sugestão, para além da retificação do local que já está, já foi referido aqui pela colega, seria aqui no terceiro parágrafo, onde se refere "*…o tráfico humano e a mutilação genital.*" acrescentar "feminina", tendo em conta que é a única identificada aqui em Portugal.

E disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Pergunto à CDU se aceitam a nota? Muito bem, então vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Para apresentação de uma Recomendação sobre a Reabilitação do Jardim de Aires dou a palavra ao Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira por favor."

Proposta de Recomendação BE "Reabilitação do Jardim de Aires"

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira** para apresentar a Proposta de Recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

Sobre a Proposta de Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Então, não sei se há alguma questão sobre esta Recomendação, como sabem as recomendações não são votadas mas se houver alguma questão, não havendo registamos e encaminhamos."

A Sra. Maria Luisa Paulino do MIM iniciou participação nos trabalhos pelas 21:07 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Tratadas estas questões previamente apresentadas pelos Srs. Membros da Assembleia, sob a forma de moções, saudações e outras figuras, retomamos então a nossa sessão e volto a perguntar às Sras. e aos Srs. Munícipes presentes se alguém deseja usar da palavra? Se não continuamos.

Antes de entrar no ponto seguinte, vamos proceder à apreciação das atas que são duas. São as atas vinte e quatro e vinte e cinco respetivamente dos dias vinte e sete de novembro e cinco de dezembro de dois mil e dezanove. Alguma questão a apontar, ou a entregar, sobre as nossas atas, propostas, correções que foram entregues e que poderão chegar se entretanto assim entenderem. Então não havendo questões de fundo, pergunto se podemos votar?"

A Ata número vinte e quatro, de vinte e sete de novembro de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

A Ata número vinte e cinco, de cinco de dezembro de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Vamos entrar no período de tempo dedicado às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia que queiram colocar alguma questão antes do primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Tenho um pedido do Bloco de Esquerda, como foi o último a falar deixe só ver se há mais alguém, e tenho um pedido do Partido Socialista. Vou dar, neste caso, primeiro a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Rui Lourenço."

O **Sr. Rui Lourenço do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa saudar todos os presentes na sessão de hoje e uma vez que estamos na minha terra adotiva resolvi trazer aqui algumas questões que podem ajudar a que existam algumas melhorias que aqui também são necessárias.

Começaria por dizer que a ciclovia, finalmente em funcionamento, trouxe alguma beleza e alguma vida ao sítio onde está realmente inserida. É bonito ver aquela cor, é uma cor nacional verde e vermelho fica bonito e é bonito ver as pessoas que por ali passeiam, que por ali andam, trouxe nova vida àquela zona da freguesia e isso apraz-me registar.

Depois queria colocar algumas perguntas ao Sr. Presidente para saber de que forma vai incluir este espaço. A primeira questão era sobre o mercado, saber se há algo de novo acerca do mesmo. Depois sobre o estacionamento, ele já está a ser utilizado e bastante utilizado pelo que realmente é um espaço necessário, gostaria de saber quando se prevê a construção efetiva do mesmo.

Centro de Saúde, o Centro de Saúde da Quinta do Anjo já merecia ser mudado. Quinta do Anjo já merecia um Centro de Saúde, efetivamente, como deve ser. Gostaria de saber se está prevista alguma coisa, se aquele espaço que existe entre Palmela Village e a Coophanjo, não poderia ser um bom espaço para albergar um Centro de Saúde do século vinte e um, digamos assim.

Portais da Arrábida, muitos prédios existentes naquele espaço, que eu também considero bonito embora seja um benfiquista ferrenho, gosto do azul-e-branco daqueles edifícios, entristece-me nalguns casos de nalguns edifícios existir uma construção que pôs tijolo e cimento e que não tornou pelo menos esse espaço que continuasse branco nem que fosse com um simples pladur. Eram coisas simples que ficariam mais bonitas naquele espaço que ali temos, mas que tem um problema muito grave e que eu acho que também não seria muito difícil de resolver. Há espaços nos Portais da Arrábida onde pessoas que tenham cadeira de rodas não podem aceder, eu creio que deveríamos fazer o necessário para que tal não acontecesse. Acho que isso não será difícil, não será dispendioso e muitos ou poucos, não interessa, agradeceriam.

Depois eu gostaria de saber o que é que se passa com um aterro que está a ser feito na continuação da Avenida dos Descobrimentos na estrada que vai dar à EM510, há muitas terras a serem ali colocadas. É a estrada que vai da Quinta do Anjo até à estrada que vem da SETCOM, há ali um espaço que tem levado imensa terra, não sei se sabem do que se trata.

A estrada em frente da Autoeuropa, creio que é suposto ser asfaltada, está previsto o início para esse asfaltamento?

Na estrada nacional 379, há previsão de algumas melhorias ou nem por isso? Aquela estrada é muito perigosa, está em muito má condição e merecia alguma atenção.

Depois há uma estrada, a rua Manuel Martins Pitorra, que passa em frente à Associação Erguer e que vai dar a rua de São Brás, creio que já é Palmela, não sei, e entre as duas há um espaço que não está asfaltado e que eu acho que merecia ser asfaltado porque aquela estrada poderia servir de uma escapatória à nacional. Eu, por acaso, faço bastante aquele percurso, dá-me jeito, mas aquela parte ali, realmente, não é muito, são, se calhar, para aí seiscentos/quinhentos metros.

Agora vou meter a foice em seara alheia, porque em Palmela, também, há uma parte final da rua José Luís da Silva Camolas, a que vai dar à estrada dos Restauradores do Concelho de Palmela, que também, creio eu, que merecia também ser asfaltada porque também essa daria para haver ali uma certa escapatória mesmo a nível do trânsito que passa pela Escola Secundária.

Era só obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Agora sim dou a palavra ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez obrigado, Sra. Presidente.

Queria pôr algumas questões muito rápidas ao Sr. Presidente da Câmara. A primeira tem a ver com o evento desportivo que ocorreu no passado fim de semana, no passado fim de semana não, já há quinze dias, mais coisa menos coisa, que foi o Palmela Trail, foi um evento que não foi organizado pela Câmara, mas que a própria se associou. Tenho queixas de alguns utilizadores/corredores que utilizam aqueles percursos onde ocorreu o evento que foram deixadas as fitas em plástico de sinalização da organização. Eu sei que isto não é da responsabilidade da Câmara, mas eu gostaria que em próximos eventos a Câmara pressionasse as organizações para que não voltassem a repetir e que, após o final da prova, procedessem à retirada dos mesmos plásticos.

Outra questão tem a ver com o encerramento do posto dos CTT no Bairro Alentejano. Eu queria que o Sr. Presidente explicasse ou se houve desenvolvimentos para resolução deste problema, se já abriu outro posto em parceria com outro estabelecimento privado, se os residentes do Bairro Alentejano e do Bairro dos Marinheiros já têm um posto de proximidade que lhes permita aceder a este serviço postal, é outra questão.

Mais uma questão, como sabe, apresentámos uma proposta de uma ligação rodoviária de autocarro de transporte de passageiros entre a Quinta do Anjo, a estação da Penalva e o Bairro dos Marinheiros e Bairro Alentejano, sei que isto também engloba a Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa, da qual também a Câmara Municipal faz parte. Queria saber se em alguns desenvolvimentos para nos dar, algumas notícias, se o pacote de concessão contempla esta ligação que faz falta, também, a estas populações, e era só isto."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Agora dou a palavra ao MIM, Mário Baltazar por favor."

O **Sr. Mário Baltazar:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Eu traria também aqui visto, também, estarmos aqui na freguesia de Quinta do Anjo, uma situação também relacionada com esta freguesia que é a condição do piso entre a avenida Visconde Tojal, avenida 25 de Abril na nacional 379, ou seja, mais propriamente temos zonas entre o cemitério de Quinta do Anjo e o parque de merendas de São Gonçalo em que o piso se encontra muito degradado, muito degradado. Ainda hoje lá passei e dá para notar os declives inclusivamente de algumas zonas ali principalmente mais junto às bombas de gasolina da GALP. Além disso, encontra-se também algumas areias entre as bermas, ou seja entre as bermas e que já estão dentro da terra, que poderão provocar alguns acidentes e gostaria que depois o Sr. Presidente se tem em relação à estrada ou ao piso que a estrada se encontra se existe algo, ou seja alguma deliberação para se resolver esta situação.

Um outro assunto que trarei aqui neste momento, também, que já no ano de dois mil e dezanove trouxe também à Assembleia, que é a questão daquela parede a seguir à Varanda Azul, quem sobe no sentido de Retiro Azul para a antiga farmácia, que continua a ser danificada. Ou seja, antigamente aquilo eram umas casas de banho antigas, para quem se recorda, e sabemos que uma das partes é pública e outra privada. Aquela situação cada vez está mais degradante, inclusivamente a Junta de Freguesia de Palmela até andou a colocar e a renovar ali um pouco do piso empedrado, mas o que é certo é que aquilo continua cada vez a cair muito mais, além de os contentores do lixo, que fixaram lá agora mesmo nas traseiras do Retiro Azul, estarem um pouco afastados da parede e um pouco dentro da estrada.

Uma outra situação que queria, também, trazer aqui que já falamos também e que depois acabou por a Câmara Municipal resolver a situação que é na estrada municipal 534, no sentido entre a Hempel e Setúbal. Aquilo passou a ser uma grande passagem de camiões pesados para fugirem ao trânsito e acontece que estamos outra vez na mesma situação em que as bermas já estão outra vez sem aquele pó de pedra que foi colocado. Com a passagem daqueles camiões significa que quem passa por ali e que se encontra com esses

carros tem que fugir, por vezes estão fora da berma para além do piso, também, não estar muito apto para circulação.

Uma outra questão em relação às ervas. Todos nós sabemos que o tempo este ano ajudou-nos, também, mas acontece principalmente na zona de Aires em que temos passeios imensos com ervas, aquele verdete mais curto, escorregadio, que poderá provocar acidentes e que, por acaso, aconteceu comigo, fiquei debaixo da traseira do meu carro derivado a esse verdete e acabei por partir um dedo do pé esquerdo. Porquê? Porque com humidade aquilo fica tão escorregadio e acabamos por escorregar.

Ainda em relação a Aires, temos também uma situação que é para quem circula entre a Escola Básica primeiro ciclo/Jardim-de-infância de Aires em direção à estação de comboios, temos ali uma passagem em que em cima daquele passeio temos ervas entre cinquenta a sessenta centímetros, em que as pessoas, por vezes, têm que recorrer à estrada para poderem fugir de lá. É só uma chamada de atenção e neste momento é só.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Tem agora a palavra a bancada do PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes nesta sala, cumprimento especial à Direção da SIM com alguns elementos aqui presentes.

Eu tinha aqui várias notas, e começo pela estrada nacional 379. Se bem me lembro para aí há seis anos, para não dizer há mais, que andamos nesta luta. Na verdade, houve aí um tempo em que o país estava em contenção financeira, não havia dinheiro, agora não sei porque é que não há. A verdade é que a estrada 379 não tem reparação há muitos anos, esta é que é verdade. Vão-se fazendo uns remendos daqui, uns remendos de acolá, e a freguesia de Quinta do Anjo, atualmente, é novamente uma das principais contribuintes para as receitas do Estado, eu aqui tenho que apelar mesmo ao PS para ver se consegue. Já fizemos aqui na Assembleia, salvo erro no último ano ou há dois anos, uma Recomendação, como mudou o Ministro das Infraestruturas pode ser que vá agora, temos que fazer nova recomendação conjunta para ver se isto avança. Realmente a estrada está em péssimo estado, isto andámos aí na luta da chamada estrada da Coca-Cola, essa finalmente já está a meio termo mas é da responsabilidade da autarquia, mas a estrada 379 é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, mormente a sua limpeza. O que nós aqui podemos é solicitar ao Sr. Presidente para que, junto das entidades competentes, faça chegar esta unanimidade de todas as forças políticas presentes nesta Assembleia e ver se consegue uma data para a reparação. Eu acho que aquilo devia ser pavimentação total do piso uma vez que não tem repavimentação, se calhar, para aí há dezassete anos.

Agora relativamente à iluminação, continua a haver aqui grandes problemas. Por exemplo, aquela estrada que vai dar acesso ao Palmela Village que tem vários nomes, há uns que lhe chamam a estrada das curvas, há lá luminárias que estão, eu já disse isto aqui várias vezes na Assembleia mas não sei se isso não chega à EDP, estão fundidas há mais de dois anos. Eu, também, como passo ali muita vez, acredito que o Sr. Vereador já tenha feito algumas diligências nesse sentido, mas continua tudo na mesma.

A escola de Cabanas também vai andando, quero aqui perguntar ao Sr. Presidente qual é a perspetiva para a finalização da obra, uns dias estão lá a trabalhar outros dias nem por isso, eu como passo lá muitas vezes dou por isso.

O mercado parece que, finalmente, vem aí a obra segundo li nos jornais, queria que Sr. Presidente desse aqui mais algumas informações sobre isso.

Relativamente aos acidentes, eu também torci um pé nos Portais, quando ia ao Anjo Doce – Pastelaria a pé, com aquelas bolinhas das árvores, mas felizmente, não tive que ir ao hospital isto foi passando.

Realmente há aqui o caso das ervas que tem sido gritante, eu, aliás, também reclamei junto da Junta e agora já posso dizer que já está bastante melhor, ainda não totalmente bem.

O que eu acho é que há aqui algumas rotinas que não são rotinas, ou seja há tarefas que se deviam fazer em determinados períodos fixos, e agora já nem se pode alegar tanto a falta de pessoal, é uma questão de rotina dos trabalhos e de organização. Penso que está a melhorar e que atingiremos nalgumas zonas do concelho um melhor trabalho, vamos aguardar.

A limpeza das bermas nas estradas municipais compete à Câmara e durante este ano e penso que, também, este ano transato já não estou a falar deste que decorreram só dois meses, foi um bocadinho negligenciado ou seja há zonas de bermas que não foram sequer limpas nalgumas estradas e caminhos municipais e algumas com grande tráfego. O escoamento das águas não se faz como deve ser e a terra e as pedras vêm para a estrada, o que apresenta algum perigo até para a circulação. Até posso dar como exemplo a mesma onde estão as luminárias já fundidas há dois anos e, portanto, apelo aqui à respetiva Vereação para ter este cuidado. Por exemplo no caminho 1029, isso até faz parte aqui do plano das atividades e foi feito há pouco tempo, mas há muitas zonas onde não tem sido feita. Ali na zona dos Portais aquelas árvores que foram escolhidas de folhagem caduca mais as bagas que caem das árvores apresentam um perigo para as pessoas idosas. Embora tenha sido feito algum rebaixamento de alguns passeios, na questão da mobilidade isso foi feito, há contentores ainda com gares já algumas corrigidas, que já aqui tínhamos falado. Realmente, em certas alturas do ano, eu já aqui disse isto várias vezes, se calhar têm que ir ali umas equipas de quinze em quinze dias, ou uma vez por semana, e nas urbanizações com mais movimento terem um cuidado acrescido sobretudo nestas questões, e também onde há mais passeios, também nas Colinas da Arrábida, realmente havia muito verdete nos passeios que levava a que as pessoas escorregassem, felizmente isso, agora, já está corrigido.

Para já é só.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Agora dou a palavra à CDU, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite, Sra. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os eleitos e cumprimento, em particular, os dirigentes desta casa e o obrigado extensivo que foi feito há bocadinho pela Sra. Presidente, ainda não estavam cá, Srs. jornalistas, caro público, técnicos.

Uma vez que a maior parte dos assuntos foram aqui colocadas, eu quero colocar um que ontem na reunião do executivo da Junta de Freguesia ficámos a saber que há dois meses que as consultas não são asseguradas na extensão de Olhos de Água contrariamente àquilo que tinha sido garantido pelo ACES, em reunião onde estive, também, com o Sr. Vereador Adilo Costa, que não haveria suprimento de quaisquer consultas enquanto não houvesse a questão da mobilidade para estas pessoas resolvida. Desconhecemos e desconhece a Associação de Moradores o porquê desta ausência, pelo que queríamos aqui deixar este alerta para que pudesse ser tratado e disponibiliza-nos desde já para voltarmos a reunir com a ACES, porque não podemos deixar de forma alguma estas populações ao abandono, especialmente aqui tratando-se de populações maioritariamente idosas e com uma dificuldade acrescida que é enquanto não tivermos o problema do concurso da AML resolvido para garantirmos um transporte eficaz a estas populações não lhe podemos suprimir também os serviços básicos de saúde, tendo o Governo anunciado um reforço do investimento que esse pelo menos se mantenha no cuidado às populações.

Reforço, também, aquilo que já foi aqui dito, e que já tinha sido uma proposta nossa, acho que está na altura de dotarmos a Quinta do Anjo de boas infraestruturas de saúde, nomeadamente aproveitando aquilo que já foi a cedência do município de um terreno há alguns anos para a construção de um Centro de Saúde em Quinta do Anjo. Acho que essa tem que ser a nossa prioridade no domínio da saúde, porque há muito

tempo que temos equipamentos pagos com o dinheiro dos contribuintes em rendas que já dariam, provavelmente, para termos o novo Centro de Saúde.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito obrigada Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão neste período?

Uma vez que não, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer intervir agora e responder às questões colocadas?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se me permitir Sra. Presidente.

Em primeiro lugar cumprimentar todas e todos, Sra. Presidente, distinta Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Vereação, Sras. e Srs. Munícipes da Quinta do Anjo, comunicação social. É um prazer estarmos em Quinta do Anjo, agradecimento, também, à direção da SIM e aos Quintajense que nos acompanham.

Relativamente à extensa lista de questões aqui colocadas, eu faria questão de responder a todas mas muito telegraficamente.

Reabilitação do Jardim de Aires, não é verdade que desde dois mil e quatro não se faça lá nada até porque se verificar o espaço de jogo e recreio e parque de ginásio de ar livre que lá está, foi uma importante requalificação do Jardim, é apenas a primeira fase que foi concluída em dois mil e dezasseis. Entretanto, está em plano de investimentos do município, um instrumento que os Srs. Membros da Assembleia tiveram oportunidade de consultar e de apreciar em novembro, a segunda fase do Jardim de Aires que tem uma particularidade, o Jardim tem arborização, o Jardim tem arbustos autóctones, que são até bastante resistentes às mudanças climatéricas, a questão é que a opção do Jardim à época tinha um sistema de rega e uma opção por arbustos e não por tapete de relva por questões de, já à época e bem, poupança de água. O projeto que estamos a desenvolver internamente tem no grande átrio central, onde no passado já se realizaram alguns eventos de referência, uma zona que terá um pavimento confortável tipo pavê, terá placas de relva e terá uma zona que será reduzida e que será intensificada com a arborização. Será reduzida a área de mancha da relva, porque para conservar é preferível ter uma boa área e ser contínua do que ter pequenos pedaços. Oportunamente teremos, também, oportunidade de conhecer o projeto e os custos exatos, porque aquilo que está em plano o orçamento que lá está é apenas para ter a rubrica aberta e ainda não temos sequer a previsão do valor total do investimento.

Depois ainda sobre as questões do Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, Palmela Trail faremos a chamada de atenção à empresa, mas admito que já esteja tudo limpo à data até porque o próprio ICNF para autorizar este tipo de eventos no Parque é muito cioso, e bem, e rigoroso no acompanhamento destas questões. Eu aproveitaria para sublinhar a importância de mais um evento desta natureza, são muitos em Palmela, cada vez com mais gente, com mil e cem atletas que esgotaram o alojamento no concelho de Palmela e que trouxe atletas de onze nacionalidades. Mas a observação que fez, naturalmente, procuraremos verificar porque está contratualizado aquilo que são as responsabilidades de cada uma das partes nestes eventos.

Encerramento dos CTT no Bairro Alentejano, já houve um encerramento de um posto avançado dos CTT há anos, aquilo que houve foi o encerramento de uma loja que não é exatamente a mesma coisa e aquilo que, por exemplo, a minha área política tem reivindicado que é um posto em Quinta do Anjo e depois uma capilarização de lojas, ou extensões, nos restantes lugares da freguesia. Nós temos, se não estou em erro, no próximo dia seis a uma reunião com o responsável de zona dos CTT, para a qual convidei e Sr. Presidente da Junta, na sequência de uma moção que aprovámos em reunião de Câmara sobre esta matéria, sobre as várias necessidades deste serviço público postal no nosso concelho, e ficámos com algum

entusiasmo por perceber que as questões que apontámos nessa moção suscitaram algum interesse, fizeram eco, e vamos agora analisar em concreto se é possível, por exemplo, no caso concreto da Quinta do Anjo voltarmos a ter uma estação dos CTT na Quinta do Anjo, na sede de freguesia, e depois os restantes polos. A informação que tenho da parte do Sr. Presidente é que já há um outro equipamento comercial que ficou com estes aspetos da Payshop e outras questões de encomendas, etc., mas consideramos que é fundamental que uma freguesia como Quinta do Anjo tenha uma estação própria dos CTT. O município e a junta estão disponíveis também para ajudar a encontrar a solução para alojar esse equipamento.

Ligação Bairro dos Marinheiros/Penalva/Quinta do Anjo, como sabe o município há anos experimentou e levou os TST a fazerem essa experiência. Não houve grande adesão, mas nunca desistimos da ideia, e tanto que não desistimos que no estudo que mandamos elaborar esse é um dos circuitos que revela algum potencial e alguma procura futura, sobretudo com uma rede mais articulada e com a redução do preço dos passes, e faz parte do conjunto de propostas que integram o caderno de encargos do lote três da futura concessão de transportes da AML, que teve uma cerimónia pública na semana passada e que agora esperemos que não haja problemas nenhuns no decurso do concurso público internacional e que lá para o próximo ano, se calhar, já a cair em cima do segundo semestre tenhamos a concessão com todos estes circuitos em funcionamento.

Caro Rui Lourenço, ciclovia ainda bem que agrada, não está completa, devo dizer que houve problemas com o fornecimento das luminárias do projeto, enfim, quem trata destas coisas sabe que isto às vezes acontece, certificação/aceitação por parte da EDP houve ali uns problemas mas está em vias de ser montada a iluminação pública e alguma arborização que vai ser feita até no âmbito das iniciativas do Dia da Árvore e não só.

O mercado está adjudicado, a obra começará muito em breve caso o plano de segurança e saúde seja devidamente aprovado. Não é um plano de segurança e saúde qualquer dado que tem remoção de amianto e colocámos ali algumas questões à empresa, mas a empresa tem interesse em começar rapidamente e nós também, queremos a obra rapidamente, e estimamos um prazo de sessenta dias. Referiu a questão da zona do futuro parque de estacionamento, podemos chamar-lhe assim, mas será uma bolsa de estacionamento que terá um posto de carregamento elétrico e que terá uma zona de abrigo de passageiros para podermos fazer ali uma reentrância para os autocarros dos TST e tirar os alunos, os passageiros, da beira dum passeio com setenta centímetros e à chuva. Temos o estudo prévio praticamente concluído, internamente estamos na dúvida se vamos ao projeto ao exterior ao não. Nós gostaríamos de apresentar qualquer coisa senão for na semana de Quinta do Anjo, que é dentro de duas a três semanas, há-de ser pouco depois disso.

A questão do Centro de Saúde, que hoje rá reuniu aqui um conjunto de intervenções, em primeiro lugar esta questão do desaparecimento do médico/médica da extensão de saúde dos Olhos de Água preocupa-nos, eu não sabia. O compromisso, e ainda bem que esteve nas reuniões, foi sem dúvida que a Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo tem a tem a abrangência dos Olhos de Água parte de Quinta do Anjo. É um facto, sabemos que isso foi feito assim quando foi aprovado pela ARS-LVT mas ficou o compromisso de haver sempre médico até haver os tais circuitos, porque também está previsto um circuito de transporte que vai por ali, Vale do Alecrim, Terrim e que leva muita gente, é quase um vaivém que vai até à Carregueira e volta e que atravessa aquela freguesia, é uma das propostas que temos. Estranhamos e vamos, obviamente, solicitar esclarecimentos ao ACES Arrábida. Sobre a questão do Centro de Saúde, nem a propósito nós hoje não quisemos propriamente trazer muitas moções, a nossa bancada tinha moções mas vamos levá-lo a reunião de Câmara também para comprometer todas as forças políticas, em primeiro lugar relativamente à EN 379 há a questão da variante e há a questão da reabilitação desta e sobre isso direi qualquer coisa já a seguir, recordar que já há anos sob a presidência da atual Sra. Presidente da Assembleia como Presidente da Câmara foi decidido um terreno no eixo norte-sul e avenida António Matos Fortuna uma parcela para a construção do futuro Centro de Saúde. Mantemos a reserva dessa parcela, inclusivamente na nossa revisão ao Plano Diretor Municipal, que tem que ter os equipamentos obrigatoriamente mapeados, e vamos tomar nova iniciativa institucional junto da ARS-LVT para contratualizar um processo como outro que já tivemos no concelho, que foi bem-sucedido e que foi considerado até pelo próprio Ministério da Saúde um excelente exemplo de cooperação e de conclusão a tempo e horas dos objetivos que tínhamos para aquela obra e, portanto, vamos investir também nesse processo politicamente.

Espaços para cadeiras de rodas acessibilidades, temos feito, mas confesso que nalgumas freguesias temos procurado fazer por grandes zonas, noutras temos feito um pouco quando surgem pedidos de cidadãos que moram nas proximidades e eles são o nosso grande alerta e procuramos fazer. Nos Portais não é muito fácil, a própria largura dos passeios nalguns locais, a pressão do estacionamento, também coloca algumas questões mas procuraremos fazer paulatinamente dentro do plano das acessibilidades, que agora está com o Sr. Vereador Adilo Costa. Tivemos há poucos meses na Estação de Palmela, não foi terminada ainda porque o dinheiro não deu para tudo, estamos a corrigir obras de outros, mas em zonas de grandes acessibilidades teremos esse compromisso de procurar ver na zona dos Portais e há também uma outra zona que está em plano e que é na Salgueirinha, em Pinhal Novo, ficam mapeadas estas três intervenções para ver se as conseguimos fazer durante este ano e no próximo ano.

Aterro junto à SETCOM, não sei a que se refere. É nos Cabeços Ruivos? Procuraremos ver se há alguém que transitoriamente está a depositar terras na obra ou se é mesmo despejos. É movimentação de terras? Vamos procurar perceber se está licenciado, sabe que a movimentação de terras quando altera a orografia está sujeita a licença e vamos procurar verificar com o urbanismo e com a nossa fiscalização.

A EN 379, enfim, quer a nossa Junta de Freguesia, quer a Câmara Municipal, já por diversas vezes se manifestaram junto das Infraestruturas de Portugal, até com alguma indignação, face a uma resposta que foi recebida no ano passado pela Junta e pela Câmara que não estava prevista em plano qualquer reabilitação da estrada, mas pasme-se nem sequer a sinalização horizontal que é inexistente e que está naquele estado, como os senhores que são daqui podem confirmar, mas eu também, seguramente há quatro/seis anos que está neste estado e que não teve uma única reabilitação ou pintura. O município tem no âmbito das semanas das freguesias, este ano, apontado baterias ao trabalho com as Infraestruturas de Portugal, fizemo-lo em Águas de Moura com sucesso, fizemo-lo em Pinhal Novo ainda não temos respostas mas temos já algumas indicações que algumas das nossas preocupações vão ter resolução, e vamos fazer durante a semana da freguesia de Quinta do Anjo também a mesma medida, que é lançar um repto para uma reunião no local com responsáveis, com decisores das Infraestruturas de Portugal mas, também, com o seu corpo técnico. É isso que vamos fazer para que vejam in-loco que não há exagero nenhum na forma como a Junta tem denunciado a situação, nem como a Câmara tem denunciado a situação. Paralelamente a isto temos que falar da variante à 379, porque vai ser impossível circular no centro das nossas localidades dentro de pouquíssimos anos e sem variantes que estão contratualizadas com a administração central, desde mil novecentos e noventa e sete, sabe que quando se aprovam os planos diretores na concertação está lá um conjunto de entidades e se as entidades aprovam comprometem-se com as obras que são da sua responsabilidade, e volvidos estes anos todos continuamos à espera de duas variantes no concelho, qual delas a mais premente, e voltaremos a este assunto também estamos inteiramente de acordo.

Troço da rua Manuel Martins Pitorra/São Brás, está em plano, a rua José Luís da Silva Camolas está em plano, se consultar o nosso PPI está em plano, e está previsto ser tudo concluído neste mandato. Está em plano aos anos, para além de vinte e um está para fazer em vinte/vinte e um.

A parede de tijolo que refere deve ser uma obra inacabada, possivelmente, fica o repto para a nossa Junta de Freguesia no âmbito de um excelente trabalho que faz de arte urbana, com ou sem autorização do proprietário dado que ele não na recebe as notificações da fiscalização, o pessoal chega lá e embeleza o muro.

Sr. Mário Rui, condição do pisos da EN379 já falámos, é como diz areias, bermas, é uma questão mais nossa de limpeza que podemos dar ali, enfim, quando passa a nossa varredora mecânica ou quando o serviço da Junta pode fazer ali alguma remoção, mas ao longo de toda a estrada, naturalmente, competiria também às Infraestruturas de Portugal fazer ali algum investimento de tratamento de bermas e remoção de areias e desobstrução de valetas, tal como o município procura fazer nas suas.

O muro da rua Hermenegildo Capelo já teve duas operações, isto de mexer nas coisas do centro histórico é uma dor de cabeça. Uma vez vi um comunicado que dizia que o trânsito na Hermenegildo Capelo iria estar interrompido no sábado por causa do muro. Pensei que iria ser feita uma intervenção e ficaria pronto no sábado, afinal foi só para fazer a sondagem e a análise da arqueologia, que é um preceito que tem que ser respeitado antes de encomendarmos o projeto de reabilitação do muro. Não se trata apenas de colocar ali, como já podíamos ter feito, um reboco nas fissuras e pintar. Pela análise que foi feita através da sondagem

aquilo implica um estudo e um projeto porque pode levar à demolição de parte do muro e reconstrução e é uma operação complicada, dado o aterro que ali está sustentado no muro. Estamos a trabalhar nisso, já investimos só nesta operação cinco mil e oitocentos euros, na sondagem para o estudo, para o projeto e para o acompanhamento arqueológico.

Estrada HEMPEL – Setúbal, bermas, nós procuraremos até ao limite do nosso concelho voltar a fazer a recarga de *tout venant* nas bermas, que sazonalmente tem que ser feita. O movimento é, de facto, muito. As ervas que referiu, enfim, temos um pouco por todo o concelho e há períodos para a aplicação do herbicida biológico sem glifosato, penso que teremos isso planeado, eu também tenho às vezes feito chegar uma outra preocupação, uma outra reclamação, e o Sr. Vereador tem isso devidamente planeado, esperemos é que não aconteça quando estamos a intervir vir outra vez aí umas chuvas, e mais umas humidades e depois uns calores que fazem com que as ervas, enfim, nasçam o que é bom sinal e é sinal que não há seca mas, pronto, temos as intervenções programadas.

Dra. Rosa Pinto, EN379 já falámos. A estrada de Cabeço dos Ruivos e iluminação pública, vamos voltar a reportar às Infraestruturas de Portugal. As bermas ali é mesmo um caso já patológico, a estrada é estreita, as cedências para o domínio público eram aquelas e não podíamos intervir em mais porque os terrenos vão mesmo até ali à beira. Porque é estreita há maior pressão sobre as bermas e também procuraremos com *tout venant* e com cilindro melhorar e capinar aquilo que estiver no domínio público.

A Básica de Cabanas, no âmbito das semanas de freguesia, terceira semana, faremos uma visita à escola. Atenção que há trabalhos que são feitos no interior, já estão a ser colocadas infraestruturas elétricas, etc., e eu também passo e também faço a mesma pergunta, mas depois dizem: então vá lá ver se não estão a trabalhar lá dentro. Aquilo que temos no contrato, e foi feita uma prorrogação até final de março/princípio de abril e nós também estamos tranquilos relativamente à passagem das crianças para lá, porque aquilo que temos ouvido dos pais é que preferem fazer o ano letivo todo onde estão e não estar a mudar a meio do ano. Em todo o caso, nós queremos a empreitada terminada porque queremos apresentar contas até para receber a nossa comparticipação uma vez que é uma obra cofinanciada. A estimativa é que na interrupção da Páscoa se possa fazer a limpeza geral para depois no terceiro período podermos visitar a escola.

Bermas e caminhos municipais já foi referido, não sei se me esqueci do mais alguma questão mas, no fundamental as outras questões do Sr. Presidente da Junta também já as comentei.

É isto Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não havendo mais questões neste Período de Antes da Ordem do Dia entramos na ordem de trabalhos e volta a usar da palavra o Sr. Presidente da Câmara para apresentação da atividade municipal neste período.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O período a que se refere o presente documento corresponde a uma importante fase de transição na vida interna da Câmara Municipal, que depois de gizar e aprovar a nova estrutura orgânica, assegurou a sua implementação em janeiro de 2020. Esta implementação acarretou um conjunto de adaptações, quer ao nível de recursos humanos e instalações, quer de procedimentos administrativos, informáticos, financeiros,

workflow e outros. Redesenhar a estrutura no sentido de expandir o número de divisões e departamentos e criar novos gabinetes, para adequar o organograma à dimensão e necessidades atuais da organização e do Concelho, preparando caminho para o acolhimento de novas competências a transferir pela Administração Central, são os principais objetivos que nortearam a nova orgânica.

Esta foi, portanto, uma fase de grande dinâmica interna, à qual acresceu a conclusão do processo SIADAP 2017-18 e a rápida preparação dos processos para possibilitar quer a progressão automática por via da acumulação dos 10 pontos na avaliação de desempenho, quer através de Opção Gestionária do Município, que tem aproveitado todas as oportunidades para valorizar as/os trabalhadoras/es e as suas carreiras.

Manteve-se o esforço de contratação para reforço das equipas, com recurso a procedimentos concursais, à Bolsa de Emprego Pública e a mobilidades, tendo-se realizado sete sessões de acolhimento de novas/os trabalhadoras/es. A 31 de janeiro, o efetivo municipal contabilizava 919 pessoas.

Ainda no campo interno, onde o Município tem procurado reforçar a comunicação e os momentos de encontro e partilha, as reuniões gerais de trabalhadoras/es marcaram o início do ano, com um balanço de 2019 e a apresentação dos objetivos globais para 2020. Objetivos transpostos, depois, de forma mais específica para as diversas unidades orgânicas nas múltiplas reuniões setoriais realizadas. Novas propostas de melhoria para o funcionamento dos serviços e aumento do sentido de pertença foram apresentadas através da "Caixa de Ideias", encontrando-se em análise.

A participação mantém, pois, um lugar determinante na estratégia política de desenvolvimento deste Concelho, e ao nível externo, o projeto "Eu Participo!" ficou marcado pela reunião final de balanço com a população, em dezembro, onde se confirmou novo aumento do investimento e número recorde de inquéritos. A entrega do dossiê "A Tua Voz" e da publicação "S.O.S. Planeta – Eu Participo, e Tu?", bem como um conjunto de *workshops* promovidos pelo Clube "Eu Participo!" demonstraram, uma vez mais, a capacidade de intervenção das crianças na comunidade e o seu papel enquanto dinamizadores e multiplicadores de reflexão e ação em temas centrais como o ambiente. A Semana da Freguesia de Marateca, em janeiro, abriu o périplo anual de trabalho descentralizado com um programa muito rico, que permitiu reforçar o contacto entre as autarquias e com as populações, fazer um ponto de situação dos projetos em curso e assumir novos compromissos.

Este período ficou, igualmente, marcado pela abertura oficial de um conjunto de equipamentos públicos, que representam vários milhões de euros de investimento e a disponibilização de importantes respostas. É o caso da Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo Sul, reivindicada há mais de 20 anos, da 2.ª fase da Ecopista de Pinhal Novo, que veio aumentar a rede ciclável do Concelho, e das empreitadas de ampliação e beneficiação das escolas básicas António Matos Fortuna (Quinta do Anjo) e Brejos do Assa.

Num momento em que o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar "Eu Conquisto o Meu Sucesso!" se encontra em pleno desenvolvimento, com múltiplas ações que envolvem alunas/os, docentes e não docentes e as famílias na vida escolar e em atividades de enriquecimento, o Município assinalou o Dia Internacional da Cidade Educadora com uma iniciativa no Mercado Municipal de Pinhal Novo e deu início ao 2.º curso "Aprender a Nadar" do presente ano letivo. É de sublinhar a aprovação de apoios financeiros no valor global de mais de 10 mil euros a 21 projetos socioeducativos apresentados, a que acrescem apoios logísticos.

No campo da Proteção Civil, foram renovados os protocolos de colaboração para 2020, no âmbito do funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes das três associações do Concelho – Águas de Moura, Palmela e Pinhal Novo. Entretanto, a Academia de Proteção Civil continua a trabalhar junto da comunidade, tendo dinamizado ações com a Associação de Idosos de Palmela e a Escola Secundária de Pinhal Novo.

O serviço municipal de Teleassistência, em implementação no âmbito da candidatura intermunicipal PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, tem registado grande sucesso junto da comunidade, estando o Município a ponderar a aquisição de novo lote de dispositivos. Esta resposta social está já a assegurar um novo acompanhamento a pessoas idosas de vários pontos do Concelho, sozinhas ou em situação de maior vulnerabilidade, e a permitir (ou prolongar) a sua permanência em casa, com maior segurança. Também a componente de participação e diálogo deste projeto está a decorrer, através da iniciativa "(A)Linhas" e do

"Estendal de Memórias", que têm favorecido a sociabilização e a partilha intergeracional de saberes e experiências.

A 11.ª edição do Fórum Social Palmela teve como tema, precisamente, a "Idade Mais" e voltou a afirmar-se como um momento muito participado e de importante reflexão e reforço de laços entre a rede social local. Neste período, a UNIV Sénior de Palmela constituiu-se formalmente, tendo os seus órgãos sociais tomado posse já em fevereiro. Entretanto, estão em curso beneficiações diversas em fogos municipais, no âmbito da conservação do parque habitacional.

Num momento em que o Município está a realizar um balanço das Áreas de Reabilitação Urbana do Concelho e respetivas Operações de Reabilitação Urbana e a definir a estratégia para uma nova fase de dinamização, o Centro Histórico de Palmela está a ser alvo de especial atenção. Neste período, foram identificados 686 imóveis passíveis de minoração de IMI, no âmbito das medidas de discriminação positiva definidas pelo Município, e 48 majorados, como penalização pelo estado de abandono.

A proposta de revisão do Plano Diretor Municipal foi entregue à equipa de Avaliação Ambiental Estratégica, prevendo-se que possa decorrer, a breve trecho, a sua discussão pública. Outro documento de importância estratégica – o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas – foi concluído e apresentado ao público, estando a decorrer, internamente, os trabalhos de preparação do Plano Municipal e a sua articulação com as diversas áreas de atuação do Município.

No período em apreço, realizou-se a última ação de desratização e desinfestação das redes de esgotos, referente a 2019, e procedeu-se à limpeza de linhas de águas em vários pontos das freguesias de Palmela e Pinhal Novo, bem como a trabalhos de erradicação de ervas infestantes, sem glifosato. Enquanto decorrem as empreitadas de requalificação do Jardim José Maria dos Santos (1.ª fase) e dos espaços exteriores de Fernando Pó, concluiu-se a empreitada de acessibilidades junto à Estação Ferroviária de Palmela.

Não obstante os problemas que reconhecemos na forma como a AMARSUL tem conduzido o processo, o forte reforço de ecopontos disponíveis em todas as freguesias tem vindo a incrementar os números da recolha. O Município continua fortemente empenhado no combate à má deposição de resíduos e à sujidade na via pública e aos investimentos em maquinaria e equipamento realizados no ano anterior, adicionou um novo aspirador elétrico, duas roçadoras elétricas, 90 beateiras, em instalação, papeleiras com depósito de beatas e uma papeleira inteligente, com recurso a energia solar. Foram, ainda, adquiridos 350 contentores de 120 litros para a implementação da primeira fase do projeto-piloto de recolha porta-a-porta de RSU.

No âmbito das comemorações do Dia da Floresta Autóctone, além da plantação de mais de 150 árvores e arbustos autóctones, deu-se especial atenção à promoção da compostagem junto das escolas e da comunidade. Promoveram-se trabalhos de poda, essenciais para a saúde das árvores, e de remoção de cepos no espaço público. Relativamente ao projeto "Animais da Comunidade", foi instalado um novo abrigo para gatos no Pinhal Novo, reforçando esta rede de apoio, e procedeu-se à esterilização de várias colónias, num trabalho de continuidade.

No campo cultural e patrimonial, este foi um período igualmente rico, que acolheu a realização de iniciativas que sublinham a identidade local e valorizam o conhecimento que temos, hoje, sobre o Concelho. A adjudicação da empreitada para criação de percursos acessíveis no Castelo de Palmela, enquadrada pelo projeto PRARRÁBIDA/CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, abre um novo capítulo na história e atratividade do monumento, enquanto termina a "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela". De igual modo, as Jornadas Internacionais de Arqueologia "Terra, Pedras e Cacos do *Garb al-Andalus*", realizadas em Palmela, permitiram traçar um novo retrato do período da ocupação islâmica e apresentar a investigação produzida em torno dos novos vestígios identificados nas encostas do Castelo.

A exposição "O Alfaiate – uma coleção de Vitor Gaspar" tem atraído grande interesse e é ponto de partida para o trabalho com públicos de várias idades, em torno de temas como a memória, as profissões, a moda ou os direitos humanos. A formação para a comunidade mantém uma oferta diversificada, com grande procura, e o projeto de poesia "Palavras na Nossa Terra" continua a dar a conhecer a poesia portuguesa, e não só. Da mesma forma, os "Contos Literários" para o público sénior, a "Hora do Conto", os ateliês para

famílias, as Feiras do Livro de Natal e o encontro "De Mãos Dadas com o Sonho e a Leitura" promoveram o gosto pela leitura e atraíram novos públicos à Rede Municipal de Bibliotecas Públicas.

Concluído o período de apresentação de candidaturas ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, estes foram meses de forte afirmação da cultura local, com o apoio a mais uma edição da Festa de Todos os Santos, em Quinta do Anjo, o assinalar da Restauração do Concelho, com uma exposição coletiva de artistas locais, e iniciativas de referência como a(s) Semana(s) da Dança, o Encontro Concelhio de Folclore, o Encontro de Cante Alentejano, as comemorações do S. Martinho no Centro Cultural de Poceirão ou as Janeiras, momento de encontro comunitário incontornável no início de um novo ano.

A interrupção letiva para o Natal contou, como habitualmente, com um conjunto de propostas culturais, lúdicas e desportivas para ocupação saudável de tempos livres, promovidas pelo Município e entidades parceiras e, em janeiro, a preparação de mais uma edição do "Março a Partir" – Mês da Juventude ganhou novo impulso.

No desporto, a primeira edição da São Silvestre Trilhos da Marateca marcou o período, em que o Município apoiou, também, entre outros, o 14.º Grande Prémio da Arrábida em Atletismo, uma Concentração Distrital de Minibasquetebol sub8 ou a Taça de *Jiu-Jitsu* de Pinhal Novo.

Os Espaços de Jogo e Recreio (EJR) do Bairro Popular (Águas de Moura) e do Jardim Ferreira da Costa (Pinhal Novo) foram beneficiados com novos equipamentos e superfícies de impacto e foram reparados equipamentos do EJR do Sobreiro Grande (Águas de Moura), entre outros. Foi, ainda, lançada a primeira pedra da empreitada de requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão.

Estão concluídos os projetos para implementação de energias renováveis e sistemas de gestão eficiente de energia em diversos equipamentos municipais e, no campo da rede viária, concretizaram-se várias empreitadas de pavimentação, nomeadamente, da Rua Brejos de Carreteiros (Olhos de Água), prolongamento da Rua 1.º de Maio (Cajados) e segunda fase da Rua Constantino Loureiro (Poceirão), além dos trabalhos correspondentes à primeira fase da candidatura HUB 10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, em Vila Amélia, tendo-se desenvolvido, já, o projeto para a segunda fase. É de sublinhar o volumoso conjunto de trabalhos de reparação realizados por administração direta em estradas e caminhos municipais.

A empreitada de substituição de coberturas e pintura do Mercado Municipal de Quinta do Anjo foi adjudicada e o Mercado Municipal de Pinhal Novo manteve uma forte dinâmica, com um calendário de feiras temáticas e iniciativas que terá continuidade ao longo deste ano. Em Palmela, o novo Mercado de Natal no Largo de S. João foi bem-sucedido e veio enriquecer o programa "Viva o Natal em Palmela", que conjugou o Presépio, o Concurso "Natal à Janela", visitas guiadas e muitas outras iniciativas.

O Fórum Turismo, dedicado ao tema "As Ordens Religioso-Militares na valorização dos Destinos Turísticos", confirmou o seu papel como espaço privilegiado de reflexão e debate sobre o setor e de divulgação de boas práticas. O Concurso de Doçaria de Palmela, os Fins de Semana Gastronómicos do Moscatel de Setúbal e da Fogaça de Palmela (estes últimos, associados a um *workshop* de confeção e à tradicional Bênção da Fogaça) e a evocação do 10.º aniversário de Palmela como primeira Cidade do Vinho nacional, em 2009, que mereceu a instalação de uma peça escultórica numa das entradas da vila, foram mais alguns dos eventos que marcaram o calendário dos últimos meses e continuaram a projetar o Concelho e os seus produtos de qualidade excecional.

Com a Conferência "O Consumidor no século XXI – Literacia Digital e o Novo Perfil do Consumidor em Portugal", o Município assinalou o 23.º aniversário do Serviço de Informação e Apoio ao Consumidor do Concelho e abriu portas a novas parcerias, a desenvolver ao longo do próximo biénio.

O Encontro Mecenas de Palmela 2019 permitiu apresentar os resultados deste programa de responsabilidade social e dar a conhecer os projetos previstos para 2020, reforçando os laços com o tecido económico local e envolvendo-o na dinamização do território.

Neste período, foi submetido e aprovado um pacote substancial de novas candidaturas a fundos comunitários, com especial expressão na requalificação do espaço público e promoção da intermodalidade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 norteiam a atividade do Município, de forma transversal, e a monitorização em curso está a ser acompanhada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, que produz, anualmente, o Índice de Sustentabilidade Municipal. Em 2019, foi possível verificar que Palmela se encontra acima da média e a experiência em curso foi apresentada na Galiza, num intercâmbio muito frutífero entre municípios. A sustentabilidade é uma meta incontornável, que procuramos em cada ação quotidiana, pelo que este será um trabalho de continuidade, a bem de um presente com qualidade e do futuro que queremos e devemos assegurar às próximas gerações."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, muito obrigada.

Intervenções, questões sobre este ponto?

Sr. Membro Jorge Freitas do PS."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Saudar todos os presentes na sua pessoa.

São três ou quatro questões sobre o relatório de atividades que eu gostaria de colocar ao Sr. Presidente. Na nossa análise da bancada, suscita-nos aqui uma dúvida que é em relação ao atendimento municipal. A loja móvel do cidadão tem na sua maior atividade, superior a setenta por cento, simplesmente o pagamento do consumo de água e isso preocupa-nos porque eu não tive oportunidade de fazer um gráfico estruturado mas fui consultar outros relatórios e vê-se que é uma tendência na atividade do posto móvel e a preocupa-nos que se for concordante nessa ascensão que, daqui a uns tempos, este excelente serviço possa ser inviável a sua manutenção. Propomos que se estude aqui uma maior objetividade na atividade do posto móvel, por forma a garantir a sua sustentabilidade. Em relação aos postos de atendimento de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, é só uma dúvida. Em relação ao Pinhal Novo, aparecem aqui uns valores de quatro mil quinhentos e trinta e oito e depois aparece mais mil novecentos e cinquenta e cinco. Isto é em relação ao Pinhal Novo são valores absolutos quatro mil quinhentos e trinta e oito, é na página vinte e um Sr. Presidente, e esta atividade é da Junta mais a da Loja do Cidadão ou apenas na Junta de Freguesia?

Agora outra questão, na página vinte e sete, que tem a ver com a defesa da floresta contra incêndios e vemos aqui nas outras atividades que, efetivamente, a Câmara fez elaboração do edital para que a EDP providencie a gestão da faixa de combustível. Nós queríamos sugerir que também fosse notificada a Infraestruturas de Portugal porque na linha do Alentejo, entre o Pinhal Novo e Poceirão, não fez essa gestão de faixa de combustível, e no nosso entendimento coloca em risco o património florestal de montado existente nessa zona.

A nossa bancada também quer saudar a atividade do município em relação à ação social escolar porque achamos que todos estes programas que aqui vêm são de manifesta saudação e de excelência.

Na página cinquenta e três sobre os dados dos resíduos sólidos, a nossa preocupação passa pela inexistência ou no relatório diz que não existem os ecopontos/caixas de vinte metros cúbicos e seis metros cúbicos. Verifica-se que na freguesia de Quinta do Anjo não existindo qualquer equipamento deste género potencia e permite aquilo que nós encontramos, nomeadamente na zona de todas as Marquesas, de resíduos provenientes de construções em que são depositados de forma pouco recomendável ao longo do dos caminhos na zona das Marquesas e verifica-se também na freguesia de Poceirão/Marateca, naquela zona florestal entre Fernando Pó e Poceirão, também se verificam lá alguns despejos ilegais.

E para não me adiantar queria só fazer duas notas em relação à análise da execução orçamental. Aqui no relatório diz-nos que na receita, página noventa e um Sr. Presidente, diz-nos o relatório que existiu centro e trinta mil euros de redução na receita proveniente da faturação da água. Gostaríamos de saber se existe alguma razão lógica, porque a população não reduz assim tanto e o que é que estará a acontecer, que fenómeno é este para esta redução. Em relação à despesa, o relatório evidencia aqui em período homólogo de dois mil e dezanove diz o relatório, julgo que seja dois mil e dezoito, que houve um decréscimo na

despesa de quinhentos e trinta e dois mil euros e é justificado no parágrafo seguinte em que a diminuição das despesas de pessoal são cento e trinta e três mil euros. A questão é, se há explicação de qual é a redução de quatrocentos mil euros em quinhentos e trinta e três que aqui vêm referidos.

Disse, obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Outras intervenções ainda neste ponto? Tem a palavra bancada da CDU, Cristina Moura."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite.

Gostaria de referir aqui alguns aspetos. Relativamente à gestão da água e em zonas relvadas aprimorar sempre por opções de espécies com menor consumo de água. Por outro lado, estarmos abertos também a opções de, por exemplo, prado florido, prado de sequeiro, sei que muitas vezes nós estamos formatados para questões muito lineares e de relvados muito bonitos, mas temos sempre que pensar o que é que está por trás e toda a água que se gasta e toda a manutenção. Por outro lado o alerta relativamente a relvados de escalracho, porque já desde o ano passado tem vindo a estar cada vez mais presente uma praga que tem vindo a atacar esses relvados e notam-se relvados que, de uma maneira geral, resistiam até a condições muito agressivas de falta de água começam a estar secos e em situações críticas, portanto, é mais um alerta para estarmos atentos.

Reparei na reparação da estufa de Rio Frio, esta reparação tem em vista um incentivo de todas as boas práticas e a autonomia das equipas de jardinagem na reprodução de material vegetativo e na diminuição de toda a fatura municipal a nível de aquisição de novas plantas, herbáceas e arbustos.

Gostaria de levantar aqui uma questão que para mim não é pacífica mas que deixo aqui à discussão, se for o caso, que é a questão das beateiras. Os fumadores são uma realidade, há pessoas que fumam, há pessoas que não fumam e também há o respeito pelo próximo. Sei que alguns municípios têm optado por algumas soluções que são os *smoker spots*, que são locais específicos para fumadores mais ou menos definidos, com a parte das beateiras expostas. Eu sei que levantam algumas questões da discriminação ou da exposição dos próprios fumadores, portanto, eu própria digo que tem algumas dúvidas em relação a isto, mas queria lançar só a ideia e também estarmos abertos a outras opções que os municípios também apresentam.

Obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, também.

Outras intervenções, Sras. e Srs. Membros da Assembleia? Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente às atividades, estão detalhadas e quero aqui referir sobretudo aqui no planeamento, controlo e qualidade das infraestruturas uma luta que temos vindo a travar já de há vários anos que é dos loteamentos inacabados em várias freguesias e aqui na Quinta do Anjo também há muitos. É aqui referido que se deu continuidade ao diagnóstico de infraestruturas em loteamento inacabados, se bem que há infraestruturas que já há vários anos que alertámos para esses problemas, mormente em Cabanas, nalgumas Quinta do Anjo, Pinhal Novo, e depois iremos requerer, através de requerimento, a evolução detalhada desses processos uma vez que aqui bem percebo que não podem vir aqui em minúcia todos esses processos, mas queremos saber mais detalhadamente o estado dos mesmos.

E é só, obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Há mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia? Não?

Então, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com todo o gosto, Sra. Presidente e muito sucintamente.

Eu não sei se entendi bem a questão do Sr. Membro da Assembleia Jorge Freitas relativamente aos números do atendimento municipal e da própria loja móvel do cidadão. O quadro tem uma primeira coluna com os números do período de novembro e dezembro, o acumulado diz respeito ao ano de dois mil e dezanove e depois tem um outro período de dois mil e vinte. É um facto que grande parte dos atos têm que ver com o pagamento da água, nós estamos a falar dum serviço que percorre várias zonas rurais, hoje as pessoas podem pagar com Multibanco, podem pagar diversas formas, mas olhe que esta questão do atendimento descentralizado da nossa loja móvel, que é o atendimento municipal também, foi um projeto inovador no país e tem uma função social incrível, as pessoas vão lá pagar água mas falam muita coisa, tratam de muitas outras coisas. Mas a coluna também nos dá conta de outros atos, de outros requerimentos, de informações, doutros pagamentos e de algumas entradas de processos urbanísticos.

No que diz respeito aos postos de atendimento de Palmela e Pinhal Novo, eles também estão desagregados. É evidente que Pinhal Novo tem aqui neste período um volume muito superior e isto também tem que ver com afinações no horário que foram feitas no atendimento de Palmela mas, às vezes, os números até são inversos, mas regista-se aqui, de facto, um acréscimo de deslocações ao atendimento municipal. A isto não será alheio, também, alguns problemas que houve com a faturação de águas e aqui explico já, se calhar, a melhor receita mas não significa que a menor receita tenha que ver com as estimativas que foram feitas e com alguns acertos que demoraram, de facto, alguns meses a resolver-se. Há, de facto, menos consumo e nós notamos isso. Se consultar a nossa matriz da água que é um instrumento interessantíssimo, e espero que vá à Escola Secundária de Palmela que solicitou apresentar a matriz, nós temos também aquilo que captamos, que é medido ao dia e ao segundo, aquilo que distribuímos e depois aquilo que são os consumos próprios, quer pelos bombeiros, quer pelos gastos que temos nos nossos espaços verdes, etc., etc., e temos verificado, de facto, uma redução do consumo e também das perdas. É importante referir que aqui há uns anos as perdas andavam na ordem dos quarenta e cinco por cento, sendo que não eram perdas reais eram consumos não faturados, e hoje andam na ordem dos dezoito por cento e se tivéssemos contadores em todos os espaços ajardinados, que nem sempre é possível colocar porque alguns nem sabemos onde é que estão ligados nos loteamentos antigos, teríamos certamente perdas muito inferiores. É por isso que temos também candidaturas neste âmbito para *upgrades* tecnológicos de combate às perdas num projeto que concorremos e que foi monitorizado pelo próprio LNEC.

Portanto, esta questão do atendimento municipal, isto não invalida que continuemos sobretudo a procurar perceber que tipo de serviços podemos levar na loja móvel. Nós, aqui, há uns anos procurámos que na loja móvel fosse também possível, por exemplo, requisitar publicações municipais mas não tem grande adesão. Quem quiser livros das bibliotecas, alguém que queira consultar alguma coisa que verificou no arquivo, etc., etc. a loja leva requerimento e traz na volta na mesma semana ou na semana seguinte. Mas estudaremos outros serviços sendo que hoje a grande opção é que os serviços sejam cada vez mais feitos online, mas garanto-lhe que mesmo para pagar a água aquilo é quase um atendimento social e que é importante o contacto que as pessoas têm com os funcionários da Câmara e, às vezes, até despistam outras situações desde natureza social a outras da vizinhança, é importantíssimo, e é por isso que vamos apostar agora, também, na viatura no âmbito do PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa para apoio, rastreios, apoio médico, apoio social para as freguesias rurais porque sentimos que as pessoas precisam, estão muito

isoladas e precisam muito de alguém que nos ouça, que os receba e sabem que naquele dia podem ir ter com aquela viatura a tal sítio para falar deste ou daquele assunto.

Sobre a questão do edital, eu creio que aqui foi por uma natureza diferente, nós servimos aqui de auxiliar, mas faremos naturalmente esse contacto no âmbito da Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios que, aliás, vai começar as campanhas agora para a limpeza dos terrenos até quinze de março e, portanto, identificaremos essa situação, aliás, recorrente e as Infraestruturas de Portugal até têm assento obrigatório na intermunicipal e amiúde garanto-lhe que são lá um bocadinho apertados por todas as entidades, desde associações de moradores a todas as entidades que os confrontam com situações desta natureza.

Quanto aos resíduos espalhados, Sr. Membro da Assembleia, a solução não metermos contentores de seis metros cúbicos porque vamos lá ver, isso é beneficiar o infrator e é utilizar dinheiros públicos. A solução não é nenhum município invadir o seu território com dezenas de contentores de seis metros cúbicos para irem lá depositar, porque isso custa uma fortuna. Não consigo agora aqui dizer, mas, se calhar um lote para a dúzia de contentores que temos, que é essencialmente para os serviços municipais e para aquela experiência do centro de transferência que existe no Pinhal Novo, custa dezenas de milhares de euros ano. A solução, de facto, é as pessoas quando fazem uma obra têm os sacões que podem adquirir e têm empresas que fornecem esse serviço e que tem um determinado valor e que, às vezes, é mais acessível do que ir entregar a determinados sítios e do que andar com um transporte a entregar nos próprios aterros. Nós temos feito um trabalho com a fiscalização, com os nossos meios, no local que referiu, na reta do Picanço que é extremamente conhecida. Nós, no último trimestre do ano findo, foram vinte e sete camiões de vinte toneladas de lixos, alguns nem sabemos bem o que é que lá ia e depois na entrega do aterro tivemos algumas dificuldades, espalhados por tudo quanto é terreno particular. Não é uma competência do município limpar terrenos particulares mas como estavam na beira da estrada, como estavam a atrair outras deposições, fizemos isso e metemos empresas de vigilância nesses locais para ver se apanhávamos alguém, metemos placas, que depois também desaparecem. Procuraremos, sobretudo, para além de sensibilizar ser também mais atuantes nesta questão da fiscalização porque há, de facto, muita gente a ter um comportamento indigno nesta matéria obrigando a que todos nós, contribuintes, tenhamos de investir, e muito, e também estão a contribuir para a degradação da imagem do município. Nós temos muito território, é normal, podem dizer noutros sítios também existe eu conheço alguns, até concelhos ditos muito urbanos como Sintra o senhor não imagina o que é que por lá há porque também tem uma grande e extensa zona rural, agora nós, de facto, por estarmos aqui no centro da península temos encontrado desde recibos, a caixas, a rótulos de empresas que não são sequer do concelho de Palmela e, portanto, isto é uma questão que já procurámos envolver, inclusivamente, o CEPNA e a GNR nisto. Nós temos que castigar severamente alguns prevaricadores, infelizmente, às vezes, apanhamos os mais pequenitos, mas têm de pagar a multa na mesma, que são aqueles que se descuidam e que deixam lá qualquer coisa que os identifica, ou a caixa de arquivo com a fatura, paciência.

Cristina Moura, sem dúvida os nossos técnicos têm essa mesma visão agora a experiência que temos é quando fazemos prado sequeiro há uma grande incompreensão por parte, também, dos munícipes, que acham que aquilo não é jardim nenhum. Aquilo agora está bonito porque, enfim, é Primavera mas no Verão é mato e depois no Inverno não se vê nada, enfim, não é fácil, mas procuramos fazer um mix e estamos a procurar, também, noutras intervenções, seja em novos espaços, seja em espaços que estamos a reabilitar, fazer algumas ilhas de arbustos autóctones, que aqui vão desde os alfazemas, os alecrins e até umas plantações da Arrábida, reduzindo as placas de relva mas tendo consciência que algumas placas de relva também são importantes, enfim, as pessoas gostam de pisar, os miúdos gostam de brincar, mas temos essa essa preocupação. Mas isto também vai paulatinamente, porque as pessoas acham sempre, olhe como o Jardim de Aires e depois aquilo não é jardim nenhum, não está verde não é jardim nenhum, e o gota a gota, é ótimo do ponto de vista ambiental mas estragam aquilo tudo, não é fácil mas lá chegaremos eu, também, não desisto desse objetivo. As estufas de Rio Frio têm precisamente um objetivo, o Sr. Vereador conseguiu e bem mobilizar as equipas para fazermos ali viveiros, dos quais já aproveitámos muitas espécies que habitualmente tínhamos de comprar mas, também, poupar numa lógica até de reintegração de alguns trabalhadores que têm algumas condicionantes de terem a tarefa de cuidar do viveiro e está a dar bom resultado, está a valer a pena este este investimento e é por aqui que lá chegaremos.

Sra. Membro Rosa Pinto, sobre os loteamentos inacabados posso-lhe dizer que aqueles que estão na ordem do dia é Val' Flores, que todos os dias tem zonas novas a quererem começar a construir e há PT's em falta, e o L 11/96, que a senhora levantou já aqui há tempos, na Quinta dos Farias Falcão de Carvalho, que tem o diagnóstico das infraestruturas feito e projetos feitos, foi encomendado, foi publicitado, também, o projeto para a estação elevatória em substituição do promotor e agora houve, também, felizmente, mas esse não vamos nós fazer é o próprio promotor que voltou a aparecer uns anos depois a URBIMOC – Construções Lda., na Venda do Alcaide, e temos, também, para aqui alguns que estamos a fazer. É que hoje não é só o levantamento e diagnóstico daquilo que está e que está mal que custa dinheiro, é depois refazer os projetos adequando-os às normas atuais porque houve mudanças nas portarias disto, daquilo e daquele outro, houve mudanças técnicas, há aparelhos nas estações elevatórias que já não são os mesmos então tem que ser projetos todos novos. Isto de lançar procedimentos, projetos, etc., a gente, às vezes, fala nisto e quem ouve diz daqui a seis meses já lá está a obra feita, não, é um ano. Os mais críticos onde, felizmente, voltou a haver pressão para construir e houve transação de terrenos e há gente a querer apresentar as suas comunicações prévias, são esses aos quais estamos a dar prioridade e o ano passado foram cerca de seiscentos mil euros já de recuperação de infraestruturas e este ano chegaremos a um valor nessa ordem em dois outros loteamentos.

Disse."

PONTO DOIS – Informação sobre atividade das Comissões da Assembleia Municipal.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Então, agora sim, Sras. e Srs. Membros da Assembleia passávamos ao ponto número dois e tínhamos combinado que faríamos aqui sumariamente uma pequena informação sobre a atividade de cada uma das comissões. Eu pergunto aos respetivos coordenadores quem é que quer começar?

Muito bem, Sr. Membro da Assembleia, Joaquim Pires por favor. Falamos da Comissão de Finanças, Recursos Humanos, Organização e Segurança."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Muito boa noite a todos, através da Sra. Presidente.

Para dizer apenas que a comissão à qual pertenço e coordeno reuniu duas vezes. Uma vez em dois mil e dezoito e outra em dois mil e dezanove, em conjunto com a Comissão Permanente para abordar a pré-proposta de orçamento e GOP para os anos seguintes. É este o trabalho que posso apresentar.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Quem quer continuar a apresentar? Colin Marques."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na qualidade de coordenador da Comissão de Desenvolvimento Económico, Turismo e Inovação, tenho a referir que até ao momento realizou-se me apenas uma reunião, no dia vinte de setembro de dois mil e dezoito. Nesta reunião fizemos uma análise do setor de turismo aqui no concelho, falámos também do potencial turístico das festividades do concelho e na hotelaria e alojamento local, também, em Palmela. Foi realizada uma ata pela Membro Andreia Sofia Dias Bento. Agora é nosso objetivo fazer, assim que possível,

uma nova reunião. Essa reunião terá como objetivo que nós consigamos produzir um documento sobre o potencial turístico das festividades do concelho, é este o nosso principal objetivo. Antes disto, ainda não tive a diligência de marcar a reunião porque aguardo que, e como já falei agora com o Sr. Dr. José Alexandre, me façam a chegar o plano de ação para dois mil e vinte para o desenvolvimento turístico do concelho de Palmela para que também ele possa ser objeto de estudo na reunião que queremos marcar brevemente.

Obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem, obrigada também.

Quem quer continuar? Dulce Marques, por favor."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Boa noite, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento cada uma das pessoas presentes aqui na sala e em especial os dirigentes da SIM aqui presentes.

Enquanto coordenadora da Comissão Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais, foi-me solicitado que apresentasse, nesta Assembleia Municipal, uma síntese do trabalho da Comissão. Não é um processo muito fácil porque reunimos durante muitas horas e por isso tentámos fazer a síntese possível.

Assim, no que diz respeito a composição e presenças, à Comissão é composta por cinco elementos: António Godinho, Maria Dulce Marques, Maria João Camolas, Mário Baltazar e Rute Trindade. Esta última, por motivos de doença, não lhe foi possível comparecer às reuniões tendo sido substituída por Carlos Moço. António Godinho, Dulce Marques e Maria João Camolas estiveram presentes nas seis reuniões realizadas. Carlos Moço esteve presente em três e Mário Baltazar em duas.

À presente Comissão compete fazer propostas, dar pareceres, recomendações e apresentar relatórios sobre assuntos relacionados com as áreas da Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais.

Esta Comissão realizou a sua primeira reunião no dia dezoito de outubro de dois mil e dezoito, constituindo-se como oportunidade de partilha de expectativas de todos os elementos quanto aos trabalhos e ação a desenvolver.

Atendendo à vastidão dos temas associados a esta Comissão, definiu-se como metodologia de trabalho, auscultar diferentes *stakeholders* associados aos temas a abordar e conhecer os diagnósticos já existentes.

Neste sentido foi requerido à Sra. Presidente da Assembleia Municipal um levantamento dos Conselhos e das Comissões existentes, tendo sido definido, num primeiro momento, um calendário de audições aos dois técnicos do Município de Palmela Dr. José Calado Mendes e Dra. Fernanda Rôlo, chefes de Divisão de Cultura, Desporto e Juventude e da Divisão de Educação e Coesão Social, respetivamente, num total de cinco reuniões.

Aproveito para agradecer a disponibilidade, flexibilidade, atenção e informalismo que pautaram a participação destes dois técnicos municipais nas várias reuniões.

Relativamente às reuniões em que a Dra. Fernanda Rolo esteve presente, estas foram realizadas nos dias sete de março e seis de junho de dois mil e dezanove, tendo sido abordadas as temáticas relacionadas com Educação e Intervenção Social, respetivamente.

No que diz respeito à temática da Educação, esta partilhou os Planos de Atividades do Município, as prioridades, constrangimentos, estatística relativa à população escolar, informação do Conselho Municipal de Educação e dos Apoios Socioeducativos e o Caderno de Recursos Educativos.

Reforçamos, nesta temática, a necessidade de revitalizar o Conselho Municipal de Educação de modo a ser um órgão que coordene efetivamente a política educativa e proponha ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do sistema educativo concelhio.

Futuramente esta Comissão propõe-se auscultar os diretores dos três agrupamentos e das duas escolas secundárias e estabelecer um contacto mais próximo com o Conselho Municipal de Educação.

Relativamente à Intervenção Social, igualmente foi partilhada a ação realizada pelo Município, as prioridades e constrangimentos. Sinteticamente salientamos dois aspetos: o trabalho realizado em parceria com as entidades do concelho; a definição de uma meta da Rede Social que é o de colocar as pessoas em situação de vulnerabilidade a darem a sua opinião; e a importância da reposição e reforço do atendimento descentralizado da Segurança Social no Concelho de Palmela.

Como passo seguinte, a Comissão pretende perceber em que ponto se encontra o novo Diagnóstico Social e que temáticas serão abrangidas pelo novo Plano de Desenvolvimento Social.

Quanto às reuniões realizadas com o Dr. José Calado Mendes, estas ocorreram nos dias onze de abril, vinte e quatro de maio de dois mil e dezanove e treze de fevereiro de dois mil e vinte, tendo sido abordadas as temáticas relacionadas com Cultura, Desporto e Juventude, respetivamente.

No que diz respeito à temática da Cultura, o Dr. Calado Mendes referenciou as principais áreas de trabalho, nomeadamente as Bibliotecas e o Património Cultural.

Salientamos a candidatura de Palmela à Rede das Cidades Criativas da Unesco e um possível protocolo a ser estabelecido com Universidades com vista a responder às necessidades de mais recursos humanos no que diz respeito à função de Arqueólogo.

Na área do Desporto, o Dr. Calado Mendes referiu o apoio às coletividades desportivas concelhias, com predominância para o Palmelense e o Pinhalnovense. Continua a ser uma preocupação da CMP a construção do pavilhão polidesportivo na Escola Secundária de Palmela, com esse objetivo, a autarquia continuará a desenvolver todos os esforços junto das entidades competentes, nomeadamente o Ministério da Educação.

A área da Juventude é vista como uma área transversal à atividade municipal, sendo considerada, pelo município, uma área estratégica.

Está a ser esboçado o Plano Municipal para a Juventude com vista a ser brevemente apresentado e debatido com as associações, pelo que esta Comissão aguarda a conclusão deste processo de modo a melhor perceber que impacto terá na vida dos jovens e na visibilidade desta área estratégica.

Da auscultação destes dois técnicos responsáveis autárquicos, salientamos uma preocupação comum que se prende com um constrangimento ao nível de uma deficiente dotação de recursos humanos dos departamentos que gerem bem como uma estrutura orgânica desadequada às competências atuais.

No futuro próximo dos trabalhos da Comissão, pretendemos prosseguir com este trabalho, continuando a escutar e a debater com outros *stakeholders* de modo a ser possível refletir, tomar posição e realizar recomendações. Trata-se de um processo moroso, porém acreditamos que só assim conseguiremos ter uma perspetiva global do estado da "nação", de modo a ser possível atingir o fim último a que de destina a existência das Comissões.

Contamos realizar a próxima reunião durante o mês de março de modo a definir novo mapa de audições bem como concretizar passos apresentados, desejando que o ambiente positivo das reuniões continue a ser um denominador comum com os contributos de todos.

Reforço o agradecimento a todos os elementos que fazem parte desta Comissão e, novamente, aos técnicos do município.

Obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito obrigada também pela informação detalhada.

Não temos informação da Comissão de Ordenamento do Território, não temos nenhuma reunião realizada.

Então da Comissão Permanente, de forma muito sumária a Comissão Permanente reuniu no início do mandato para discutir as questões relacionadas com o funcionamento da Assembleia, nomeadamente a

apresentação do regimento que, entretanto, foi presente como todos sabemos e reúne anualmente para se pronunciar sobre o plano de atividades e orçamento que normalmente é feito em conjunto com a Comissão de Finanças, Recursos Humanos, Organização e Segurança. Tem acontecido com a presença do Sr. Presidente da Câmara, normalmente, e algum dos senhores vereadores e sobretudo, como já disse, a propósito das Grandes Opções do Plano e do Orçamento.

Não tenho nota de nenhum outro pedido dos Srs. Membros da Assembleia, nomeadamente dos líderes de bancada que integram esta Comissão e no imediato não tenho nenhuma proposta de reunião da Comissão a fazer mas, obviamente, estamos sujeitos às sugestões de todos.

Felicito aqui a nossa Comissão líder das comissões, que é aquela que mais tem trabalhado, só não goste os *stakeholders*, desculpe, A Comissão Cultura, a usar tantos *stakeholders* na sua linguagem, para mim são frutos da modernidade, nós sabemos. A sério, eu acho que é importante o esforço de todos os membros da Comissão e é um bom exemplo, realmente, do que pode ser o trabalho das comissões que não é fácil, não é fácil, o trabalho em comissão é um trabalho suplementar àquele que todos têm aqui na Assembleia, na respetiva preparação, é mais um tempo de agenda, é mais uma noite, não é, pelo menos, ou várias noites, e nós reconhecemos isso. Não é fácil, nunca foi, por isso sublinho realmente, mais uma vez, o trabalho daqueles que o têm feito com regularidade.

Pronto, esta informação era devida e nós vamos atualizá-la e quando voltarmos a atualizá-la com certeza já temos mais trabalho para relatar a todos.

O **Sr. Jorge Freitas do PS** ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

O **Sr. António Godinho do PS** ausentou-se da sala pelas 22:54 horas

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Passando ao ponto seguinte temos na nossa ordem de trabalhos a Revisão do Regulamento do Projeto EcoEmpresas, e eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer introduzir a proposta, por favor."

PONTO TRÊS – **Revisão do Regulamento do Projeto EcoEmpresas.**

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente, mas prometo ser muito breve resumindo a proposta.

Só recordar que a revisão teve como intuito essencialmente alargar o prazo de candidatura a todo o ano ao invés de o anteriormente estabelecido que era trinta dias após o anúncio de abertura da candidatura. Este prazo era, de facto, o limitador quando o que se pretende é que durante o ano a qualquer altura as empresas possam manifestar-se e dizer se pretendem candidatar-se a este galardão, preenchendo naturalmente os requisitos.

Por outro lado pretendeu-se também corrigir um lapso, nomeadamente identificar as taxas cuja redução as empresas com Selo Verde atribuído poderão beneficiar passando a identificar que são as do capítulo décimo da Tabela de Taxas Municipais e, obviamente, fizemos alguns aperfeiçoamentos da redação em matéria de linguagem inclusiva e simplificação.

Pode-se sempre dizer que os regulamentos podem ir mais longe, mais aprofundado aqui ou acolá, fizemos a discussão que havia a fazer em reunião de Câmara, esteve em consulta pública também não recebeu contributos e está em condições, se a Assembleia o entender, de ser aprovado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Dou a palavra ao PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, restantes Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, restante executivo, público presente, boa noite a todos.

Obviamente vou votar a favor deste projeto de uma área muito importante, necessária, com boas intenções e que não deve ser estanque no regulamento por isso mesmo vai ter estas alterações.

Eu só penso se não deveria haver aqui mais algumas alterações e se será só apenas pelo facto dos trinta dias que estavam reservados até agora para inscrições e se não deveria haver uma abordagem mais criativa, mais construtiva até na comunicação, na divulgação do projeto e até mesmo uma oportunidade, talvez, de uma maior reflexão sobre o projeto principalmente para captar empresas, microempresas ou empresas familiares, que muitas vezes, mesmo que queiram, não têm sequer disponibilidade financeira para investir em alterações de eficiência energética, sustentabilidade ambiental.

Apenas fazer este reparo e obviamente que o projeto é muito importante e votarei a favor, é só isto."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Outras intervenções?

Não havendo, não sei se o Sr. Presidente pretende intervir."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só uma nota Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu acho que, de facto, nós precisamos de investir muito na divulgação deste regulamento para que ele possa, efetivamente, ser testado e percebemos se ele vai ao encontro das expetativas e também dos objetivos que pretendemos atingir.

Devo dizer que, no passado, com o anterior regulamento nós reunimos com onze/doze empresas que acabaram por não formalizar a candidatura por razões diversas. É nosso compromisso, a partir da aprovação deste regulamento, fazer através da *mailing list* que temos de centenas de empresas do nosso concelho uma profusa divulgação, para além das notas de imprensa, etc.

Dizer, também, que quanto à eventual necessidade de apoio que algumas empresas têm, quer do ponto de vista técnico, nós, através da Agência de Energia da Arrábida fizemos, até para algumas empresas que se manifestaram interessadas, gratuitamente auditorias energéticas que não podem ser feitas qualquer pessoa, naturalmente, e que têm um custo e fazemo-lo gratuitamente com a Agência de Energia.

Para alavancar investimentos nesta área existem programas específicos, mesmo no Portugal 2020 existem, e as empresas, aquelas que estão um bocadinho mais expeditas nestas matérias, têm procurado aproveitar ao máximo os instrumentos disponíveis, embora alguns dos avisos nestas matérias, enfim, aparecem agora já quase no final do ciclo. Os próprios municípios estão nas mesmas circunstâncias, só há cerca de um ano é que foi possível apresentar candidaturas nesta área. Nós faremos, também, a orientação e o apoio técnico às empresas que nos procurarem para virem, ao abrigo deste regulamento, a obter esta distinção mas, também, alguma redução de taxas, mas isto precisa sobretudo de muita divulgação."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Passamos ao ponto quatro, desafetação do domínio público municipal."

PONTO QUATRO – Desafetação do domínio público municipal e afetação ao domínio privado de parcela de terreno com área de 5.077 m2, e posterior constituição de direito de superfície a favor da AAJONG – Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O município procurou de ir ao encontro de um pedido da Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras cedendo um terreno para um sonho que têm, e que têm estado a trabalhar nisso com projetos e com mecenas, de construir um edifício próprio para esta associação, que pretende vir a ser, também, um futuro Conservatório, entenda-se a sua escola de música, porque, de facto, o local onde funcionam é muito exíguo.

Identificámos um terreno com uma área de cinco mil e setenta e sete metros quadrados na zona do Monte do Francisquinho que fica perfeitamente articulado com todos os usos e soluções que temos até com o projeto de requalificação do Monte do Francisquinho e com a existência de um outro agente associativo ao lado, que é o Moto Clube, e a dois passos dum importante centro escolar, Escola Básica Alberto Valente. Esse terreno tem uma avaliação de duzentos e treze mil e duzentos euros, a proposta é que se possa constituir o direito de superfície a favor da Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras por um período de trinta anos mas, para tal, é necessário aprovar-se primeiramente a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado, para depois se poder então fazer a celebração de um do contrato de cedência de direito de superfície.

Há um conjunto de direitos e deveres de cada uma das partes. Neste caso, como noutros casos, temos sempre cláusulas de salvaguarda e de reversão, se no período máximo de cinco anos não encetarem a construção do equipamento, e só pode ser aquele uso e aquele equipamento naquele local, obviamente, o município poderá acionar a reversão ou se entender que há motivos atendíveis pode, também, prorrogar por mais alguns anos o prazo para que iniciem a construção deste importante equipamento.

O que se propõe é, por um lado que a Assembleia Municipal aprova a desafetação do domínio público e a afetação ao domínio privado desta parcela e que nesta condição desta aprovação que autorize, também, o município a aprovar a constituição de direito de superfície com a AAJONG - Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras, por um prazo de trinta anos, nos termos e nos efeitos supramencionados.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem.

Então caras e caros Membros da Assembleia Municipal, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Esta atribuição pelo prazo de trinta anos, que não nos oporemos, a única nuance é se vai haver algum pagamento simbólico ou se é a título gratuito, uma vez que a proposta não faz qualquer referência a isso."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Tratando-se de uma cedência em direito de superfície não encargos a não ser a escritura."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sim, mas pode ser atribuído um valor o direito de superfície é isso que eu estou a perguntar. Não há lugar a qualquer pagamento, é gratuito, é isso?

Obrigada."

O **Sr. Jorge Freitas do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:02 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Mais alguma intervenção?"

Dou a palavra ao Partido Socialista, Patrícia Caixinha."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Em primeiro lugar a bancada do Partido Socialista gostaria de referir que é de louvar o incentivo e o apoio às associações e instituições que contribuem ativamente e positivamente para a promoção e desenvolvimento cultural social e recreativo no nosso concelho, pelo que irá votar favoravelmente à mesma. No entanto, da análise à proposta ora apresentada constata-se que se trata de uma cedência que envolve quer um valor patrimonial, quer de construção, grandiosos e, por essa razão, importa salvaguardar a exequibilidade deste projeto e a capacidade da associação conseguir concretizá-lo e realizar o seu sonho, porque certamente não é do interesse de ninguém que, por incumprimento, o terreno reverta para o município.

A intervenção do Partido Socialista sobre este tema, é no sentido de clarificar alguns aspetos que consideramos pertinentes. Nomeadamente, parece-nos importante verificar a capacidade financeira da associação, e aqui seria importante a consulta e análise das contas da associação bem como do respetivo relatório de atividades, porque na verdade não podemos confiar, e aqui, permita-me Sr. Presidente, mas fui conferir uma ata de uma reunião de Câmara onde o Sr. Presidente referia esta questão, em três ou quatro mecenas para garantir a subsistência e sobrevivência de uma associação.

Por outro lado, e porque o nosso interesse é promoção sociocultural e recreativa onde associações como a que está aqui hoje a ser referida têm uma missão, e uma responsabilidade social, gostaríamos de questionar o que está pensado para o Monte Francisquinho. O projeto inicial seria um espaço destinado à locação de várias associações do concelho, através de sede ou de espaço para arrumação de material, e incluía, também, um espaço multiusos. Com esta cedência de espaço para a AAJONG há alteração ao projeto inicial? É que há também aqui uma preocupação em relação a outras associações do concelho, que também elas com uma missão digna de contribuição para a nossa comunidade, que não tem espaço físico sequer, nem para guardar material, e que tinham a expectativa de ter um espaço no Monte Francisquinho há muito prometido, como aliás está referido nas atas do Conselho Municipal da Juventude. Estão elas incluídas no projeto? Se não, está pensado algum espaço alternativo que sirva o propósito do projeto inicial? E já agora para quando está previsto o início das obras no Monte Francisquinho e a sua previsão de conclusão.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. António Godinho do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:06 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, alguma outra intervenção? Tem a palavra a bancada da CDU, Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Relativamente a esta proposta que estamos a discutir, a CDU considera que estão reunidos um conjunto de condições de defesa dos interesses do município se, efetivamente, houver, no futuro, algum contratempo que possa pôr em causa o objetivo que hoje se propõe e que está definido.

Por outro lado consideramos, também, que a iniciativa que saudamos vai trazer mais riqueza cultural à região e os munícipes e também mais qualidade de vida para os nossos munícipes, o que significa que a Câmara, o executivo, tem uma visão positiva daquilo que é necessário e está a aproveitar bens que tem com toda a transparência e, portanto, aí vamos votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem.

Então mais alguma intervenção?

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder a alguma das questões?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Relativamente ao objeto da proposta, naturalmente, o município conhece as contas da associação, até porque no âmbito das candidaturas que a associação faz é obrigada a apresentar a respetiva documentação, e temos perfeita noção de que as receitas próprias da associação são insuficientes para a obra que ali se propõe fazer. Mas isso também nós próprios quando queremos construir uma casa também recorremos ao crédito e recorremos a ajudas, não de mecenas, mas, às vezes, de familiares quando eles podem.

Aquilo que nos foi apresentado é um projeto de construção por fases, se houver alguma candidatura que a associação possa, também, apresentar terá nessa altura para a construção também apoios municipais, porque nós costumamos acompanhar todas as nossas associações e clubes em sede de qualquer candidatura a qualquer programa de construção de equipamentos, tem havido ultimamente mais para a reabilitação de equipamentos desportivos do que propriamente para culturais, mas fala-se para aí que irá haver até para os sociais, que estamos à espera há muito tempo. Para além disso a associação tem um conjunto de mecenas e tem as suas contas feitas que aquilo que paga de renda vale a pena investir num projeto dessa natureza.

Não nos cabe, na minha perspetiva, aqui avaliar esse mérito, capacidade ou não, cabe-nos fazer um apoio, como temos feito ao longo de dezenas de anos neste concelho, através da cedência de um bem caríssimo que é um terreno muito bem localizado e que, possivelmente, se a avaliação fosse feita hoje já tinha um valor superior à que foi feita há uns meses atrás, e cabe-nos também como responsáveis políticos, a nós todos, e aos senhores e às senhoras, perceber que estamos a fazer um direito de superfície por uma determinada data e que se o objeto, para o qual estamos a destinar o terreno, não for concretizado temos sempre o poder de reaver este bem municipal. Eu espero poder contribuir para que o sonho da associação se concretize, que não seja por falta de terreno, ninguém pode começar a fazer uma casa se não tiver terreno.

Quanto às outras questões que coloca em paralelo, eu creio que elas não têm análise neste âmbito mas, ainda assim, dir-lhe-ia sobre o projeto do Monte do Francisquinho ele está exposto neste momento na Biblioteca Municipal, anuncio aqui em primeira mão, porque foi enviado hoje para ser divulgado no PAOD da próxima reunião de Câmara, que a candidatura foi aprovada ontem pelo POUR Lisboa. Nós acabámos de aprovar o empréstimo ao BEI que terá que vir à próxima reunião de Assembleia Municipal, porque este que trazemos hoje é da banca comercial, e após a aprovação desse empréstimo pela Assembleia Municipal automaticamente podemos meter o dinheiro no orçamento e até podemos começar a obra se entendermos, mas aquela não é fácil porque considerando o valor a que já ascende, que é cerca de novecentos e quarenta e oito mil euros, tem necessariamente visto do Tribunal de Contas. A obra como já tive oportunidade de explicar tem um conceito de ninho associativo, não é para alojar todas as associações. Criam-se associações todos os dias e todas querem uma sede, é preciso perceber a história como é que cada associação tem hoje a sua própria sede. O município faz sempre parte da solução, mas não tem que arranjar casa para todos e a quem dissemos que teria um espaço no Monte do Francisquinho, falou em promessas eu não faço promessas eu assume compromissos, vai ter um espaço a não ser que tenha parado a sua atividade e tenha deixado de justificar a necessidade deste espaço.

O Monte do Francisquinho tem depois um conjunto de outras valências na área da inclusão, da formação, o Gabinete de Apoio à Vítima, etc., um conjunto de respostas sociais, tem outra valência de mais de desportos de ar livre, juventude, skate park, e outros e tem, de facto, o primeiro módulo dum grande multiusos, para além dos espaços verdes no anfiteatro de ar livre. Tudo isto em metade da propriedade que é o Monte do Francisquinho, sendo que um quarto já está entregue ao Moto Clube e depois o restante quarto ficará para a Orquestra Nova de Guitarras.

Isto é um conceito de respostas de equipamentos que têm de servir a comunidade, sejam eles depois das coletividades, das associações, seja no caso aquilo que nós chamamos o Monte do Francisquinho que é o coração do monte onde está a antiga casa do caseiro que já tem hoje a Liga dos Combatentes, que tem apoio médico, tem apoio psicológico, tem respostas sociais, enfim, um conceito de respostas integradas e que vai ter seguramente ali três/quatro espaços para acomodar algumas associações, porque os espaços que ali estão não são salas teatro. Nós temos, neste momento, mais grupos de teatro do que nunca imaginámos e não se consegue ter um auditório próprio para cada grupo de teatro, o que vamos lá ter é instalações que têm que ser partilhadas e usadas por todos, como aquilo que acontece hoje no São João, no Auditório Municipal, no Centro Cultural do Poceirão ou no Centro Comunitário de Águas de Moura. O espaço é único, cada dia ensaia lá um, cada fim de semana um apresenta as suas coisas, sendo que aquilo que outras associações querem é espaços de armazéns, etc., a Câmara também quer porque não sabemos o que é que havemos de fazer a tanto arquivo e tanta coisa.

O que pretendo por um lado é esclarecer em que é que consiste este conceito de requalificação do Monte do Francisquinho para respostas sociais, comunitários e promotoras da inclusão pela arte, pelo associativismo, pela partilha, etc., etc., e como isto tudo é compaginável com a localização de um conjunto de equipamentos que ficam ali no coração de um espaço que quando estiver todo construído e habitado é outra freguesia, são dez mil pessoas se formos à média de três pessoas por fogo, e ainda lá temos espaço para continuar. Ao lado da Escola Básica Alberto Valente, nós temos lá sinalizado um terreno quem sabe, no futuro, para uma nova escola Básica 2/3, Vamos ver o que é que a demografia também nos reserva."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, obrigada.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, votamos?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Passamos ao ponto cinco, Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança."

PONTO CINCO – Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Palmela.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, muito sucintamente, nós aprovámos há cerca de um ano e qualquer coisa um Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, aprovámos até os nomes dos cidadãos que deveriam em representação de determinados setores integrar a constituição deste Conselho e fizemo-lo num período em que fomos atropelados por uma mudança legislativa passado umas semana. Nós reunimos já uma vez em plenário e também já fiz uma reunião ao abrigo da nova legislação, uma reunião restrita, logo no início deste ano com o Sr. Comandante de Destacamento, que tem uns dados muito interessantes para partilhar connosco, os números de alguns episódios e da segurança no concelho. Mas, de facto, por via desta alteração legislativa, a lei número trinta e dois de dois mil e dezanove, de quatro de março, foram alargadas competências dos órgãos municipais no domínio do chamado policiamento de proximidade e isto tornou necessário fazer aqui alterações ao regulamento.

As alterações genericamente incidem na composição do Conselho, por um lado parecem não ser significativas e no plano concreto do nosso município são residuais, porque até alguns cidadãos que tínhamos identificado já correspondem a setores que hoje têm que estar representados no Conselho, mas nós temos que desenvolver o processo desde início que é no caso, imaginemos, dos representantes dos estabelecimentos de ensino, enfim, terá que ser no âmbito do Conselho Municipal de Educação, ou outros, fazer com que um deles seja eleito de entre os seus pares, não vamos nós indigitar como fizemos no passado. Há aqui, agora, alguns aspetos processuais a dar continuidade, mas a inovação principal reside na constituição de dois Conselhos, um restrito, que sou eu e o Comandante, e depois outro alargado, nós ainda quisemos e pedimos juridicamente se era possível funcionar sempre em alargado mas não, a lei não permite, eu tenho que fazer umas reuniões com uma determinada periodicidade só eu e o Comandante, isto foi pensado para cidades que têm outras forças mas aqui sou só eu e o Sr. Comandante do Destacamento, e depois o alargado que já tem membros em representação de vários setores e vários órgãos.

Outra inovação que me parece muito interessante, é tornar estes Conselhos abertos à população, sobretudo, o Conselho alargado porque o restrito é mesmo restrito o que depois, também, já me levou a debater com o Sr. Comandante do Destacamento a confidencialidade de alguns dados, se nos Conselhos alargados se podem abordar determinadas matérias, enfim, também vamos procurar com alguma apreciação jurídica desdramatizar a situação. Eu acho que os dados, pelo menos aqueles que foram apresentado, são dados que nós podemos, e devemos, apreciar e devem ser do domínio público, não é, eu não vejo problemas nenhuns de confidencialidade mas, também, iremos apurar essas questões juridicamente. Durante estas reuniões, há a existência de um período aberto ao público para exposição pelos munícipes de questões relacionadas com as matérias de segurança do município, e qualquer cidadã/ão pode e deve participar.

Por último referir que esta alteração e que levou a esta proposta de regulamento ainda houve tempo para fosse apreciado na reunião do Conselho Municipal de Segurança, ao abrigo do regulamento anterior, que já opinou sobre este regulamento. Foi votada favoravelmente, por unanimidade, levámo-la ao órgão Câmara para introduzir estas propostas de alteração e aditamentos e trazemo-la agora à Assembleia Municipal para ver se começamos a funcionar com normalidade e com este quadro regulamentar que a lei impõe.

É tudo Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre este tema dou a palavra ao Partido Socialista Sr. Membro Jorge Freitas."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Relativamente aqui à alteração do regulamento, na análise que fizemos, não temos objeções às alterações registadas pelo que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente.

Em relação ao que o Sr. Presidente acabou de dizer e considerando que existem situações sensíveis de alguma divulgação, mas pelos fenómenos sociais e as preocupações que a nossa bancada tem em relação às questões de segurança, gostaríamos que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento das atas ou de algum relatório proveniente do Conselho Municipal.

Disse."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** ausentou-se da sala pelas 23:21 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra agora, ao PSD/CDS Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

Ora bem na questão das atas, nós tínhamos feito já requerimentos para termos cópias das atas dos Conselhos e, até ao momento, temos recebido algumas escassas e deste Conselho nunca recebemos nenhuma.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Também só reuniu uma vez."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Pronto, mas dos outros acredito que tenham reunido mais, ou não terão reunido, mas já recebemos efetivamente algumas mas nos últimos tempos não temos recebido.

Há aqui só uma questão que, se calhar, de improbabilidade, mas que estou aqui a ver. Na página seis fala de que pode haver a requerimento da Assembleia Municipal ou da Câmara reuniões extraordinárias, no ponto três refere que deve ser feita para um dos quinze dias seguintes à apresentação, sempre com antecedência mínima de quarenta e oito horas. Ora se houver uma antecedência mínima só de quarenta e oito horas, como é que cumpre o número três do artigo décimo, que diz que a ordem de trabalhos deve ir com antecedência mínima de oito dias sobre a data da reunião. Acho que há aqui uma improbabilidade, é capaz de ter que haver aqui uma pequena alteração ou então eu estou a ver mal."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Membro da Assembleia, artigo décimo ordem do dia? O número três diz que deve ser com a antecedência de pelo menos oito dias."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Se a reunião for marcada com as quarenta e oito horas não pode cumprir os oito dias, é uma improbabilidade."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Então mas as quarenta e oito horas, não é uma circunstância excecional?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas sempre com a antecedência mínima de quarenta horas, aí diz sempre não diz que é excecional."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Onde é que está sempre, que eu não estou a ver?

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"No número três, na página seis, lá em cima e tem a ver com as reuniões extraordinárias, efetivamente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"São extraordinárias, as outras são as ordinárias."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sim, mas a questão da ordem do dia não está especificada.

É só para alertar para esse ponto, pode vir a ser aperfeiçoada a escrita. É só uma mera improbabilidade."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Estamos a falar das extraordinárias que tem um prazo de quinze dias, mas a convocação aí é feita com quarenta e oito horas."

O **Sr. António Mestre da CDU** ausentou-se da sala pelas 23:22 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Há mais alguma questão, Srs. Membros da Assembleia?"

Não? Então nesse caso, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A Sra. Presidente de Mesa:

"E passamos ao ponto seis Adesão do Município à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico."

PONTO SEIS – Adesão do Município de Palmela à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O município já foi membro da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. Por razões que são conhecidas, em dois mil e doze, perante um quadro de grandes restrições orçamentais foi necessário desvincular-nos dalgumas associações e em dois mil e doze acabámos por solicitar a demissão da condição de associado.

Entretanto nunca perdemos o contacto, temos vindo a interagir em matérias que têm interesse para o nosso município, em particular para o Gabinete do Centro Histórico, e, ultimamente, até temos colaborado com esta associação no âmbito dum projeto que visa até criar alguns normativos que ajudem a própria tutela a disciplinar connosco as questões dos operadores de telecomunicações nos centros históricos, etc. Temos estado a fazer um estudo em conjunto e concluímos, também, enfim, que o valor da quota não é assim tão elevado e que valia a pena voltarmos a esta associação, como já fizemos com outras, e ainda por cima num quadro de colaboração e trabalho concreto que temos vindo a fazer em conjunto.

O que se propõe é que possamos obter autorização da Assembleia Municipal para voltarmos a integrar esta associação. Isto é um pagamento anual de mil e setenta euros mas, curiosamente, isto tem que ficar submetido depois a visto do Tribunal de Contas porque há aí uma legislação que ainda não foi revogada. Houve um período em que a adesão a este tipo de associações estava fortemente condicionado, havia mesmo indicações da Troika, se não estou em erro, para os municípios não contraírem despesas desta natureza. Estou a lembrar-me na Rede Europeia das Cidades do Vinho tivemos alguns municípios que foram obrigados a sair e que agora para entrar também tiveram que se submeter esta proposta de adesão a visto do Tribunal de Contas, é uma coisa estranha porque para as obras e só a partir de quinhentos ou setecentos mil euros."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões?

Sr. Membro da Assembleia António Godinho, por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:28 horas.

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, na sua pessoa todos os presentes.

Realmente depois de oito anos de ausência, a Câmara Municipal de Palmela propõe então o regresso à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, o Partido Socialista, naturalmente, que só pode saudar esta decisão.

Como todos sabemos Palmela tem um dos centros históricos mais antigos do país, em mil cento e quarenta e sete, quatro anos depois do Tratado de Zamora, já D. Afonso Henriques chegava a estas terras para expulsar os muçulmanos e integrá-las no novo reino. Em mil cento e oitenta e cinco, seis anos depois a bula "Manifestis Probatum", também o mesmo D. Afonso Henriques concedia Foral a esta povoação e, portanto, Palmela através do seu casco mais antigo acompanhou o nascimento do novo reino de Portugal e só esse facto já nos traria, e bastaria para mostrar a importância do seu centro histórico.

Sendo muito importante a vila de Palmela estar representada nesta associação, naturalmente que o Partido Socialista irá votar favoravelmente a presente proposta da autarquia, pedindo apenas o seguinte esclarecimento. Não teria sido possível esta decisão ter sido tomada há mais tempo, já que não começou apenas neste ano a recuperação das dificuldades económicas e financeiras que levaram a autarquia em dois mil e doze a pedir a saída da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico? Porque é que só agora estão reunidas as condições para este regresso? É que, como disse o Sr. Presidente, estamos a falar de um encargo anual fixo de quotização de apenas mil e setenta euros.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma outra intervenção?

Então, Sr. Presidente da Câmara por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Membro da Assembleia, também durante os anos em que estivemos menos ligados, e eu digo menos ligados porque a formalidade de associado não existia, mas não deixámos de ter contactos e também não sentimos muita a falta, lá está, e considerámos, com o nosso Gabinete do Centro Histórico, que era altura de voltar porque há uma outra dinâmica e creio que as associações intermunicipais também têm os seus ciclos. Houve agora, também, uma nova levada de municípios que voltaram à associação, há novos corpos sociais e fomos de novo instados, até por causa desta colaboração que estamos a desenvolver neste estudo, nos inquéritos que andam a ser feitos pelos centros históricos que partiram da iniciativa do nosso gabinete, fomos então convidados a voltar a integrar e espero que não seja apenas para sermos associados. Pelo que já percebi, o interesse que têm pelos nossos projetos no futuro querem metermos nos órgãos diretivos, o que é mais uma dor de cabeça mas, pronto, nós até gostamos. Foi agora o momento considerado oportuno, porque as relações se estreitaram mais no último ano."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então, podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Passamos ao ponto sete, Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo, Sr. Presidente."

PONTO SETE – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo – Relatório de monitorização.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, trata-se de um relatório de monitorização que é obrigatório depois de termos criado áreas de reabilitação urbana no nosso território. Nos termos da legislação aplicável compete à entidade gestora da área de reabilitação urbana que, neste caso é o município de Palmela, nos termos das operações de reabilitação urbana aprovadas, que foram duas, uma para Palmela centro histórico e outra para a zona sul do Pinhal Novo, elaborar anualmente um relatório de monitorização que deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal, e é isso que estamos a fazer. Depois deve ser publicitado no site do município, em consonância com a deliberação deste órgão.

Esta é uma informação de execução dos primeiros dezassete meses das áreas de reabilitação urbana delimitadas no concelho, e o que se propõe é que seja aprovado o relatório e que seja dada a devida divulgação.

Sobre o relatório propriamente dito, eu penso que ele está bem elaborado, bem ilustrado, faz uma introdução que é importante percebermos o que é isto das ARU's, faz o enquadramento cronológico do nosso trabalho desde dois mil e quinze até dois mil e dezoito, quando é publicitada em Diário da República a criação destas áreas e destas operações, identifica as áreas, fala da definição das equipas, porque isto obriga a definição de equipas municipais para agilizarem os procedimentos relativos às operações de reabilitação urbana.

Há um conjunto de trabalho que nunca é visível, que é rever, reformular um conjunto de regulamentos municipais, e alguns que já vieram, porque têm que vir aqui para serem aprovados e que já obtiveram aprovação unânime deste órgão, entre outras alterações, muitas delas tiveram a ver com a existência das operações, com a criação dos incentivos fiscais, tudo isso foi aqui aprovado e, portanto, há aqui um extenso trabalho de preparação também destas matérias. A última publicação em Diário da República da última alteração ao RTTM, que tinha que ver com isto, foi há cerca de um ano, no início de dois mil e dezanove. Foram também definidos procedimentos de via verde, porque estes processos têm que ser tratados com uma celeridade acrescida e tudo isto obrigou também à revisão dos formulários dos requerimentos e à respetiva codificação, sobretudo daqueles que têm que ser quase obtidos em tempo real para tratar de questões de financiamento junto da banca, também a gestão interna da informação foi facilitada com a disponibilização no site da Câmara de emissões de plantas SIG para emitir a tal planta específica das operações localizadas em ARU, que constituem um anexo da certidão a emitir, também na rede informática isto obrigou a uma série de procedimentos.

Foi feita, depois, uma grande campanha de comunicação externa que retomámos outra vez no início do ano, estamos neste momento a utilizar algumas estruturas de outdoor em que o município investiu para voltar a esta campanha, estão previstas também campanhas publicitárias, voltaremos a este assunto, o próprio boletim municipal também voltará a este assunto em breve até por via dos dados deste relatório, e depois tem a análise da execução da estratégia de reabilitação urbana.

Houve desde logo um trabalho que é obrigatório que é a identificação das prioridades de intervenção no tecido urbano, a informação à data recolhida é mapeada, de acordo com uma figura que podemos encontrar na página onze e cujas cores definem o nível de prioridade de intervenção consoante o estado do edificado, e é possível verificar também no gráfico um a evolução do estado de conservação do edificado no Centro Histórico de Palmela que, às vezes, as pessoas têm a tendência a dizer que está tudo na mesma, mas os números falam por si. Há, de facto, um acréscimo muito significativo e estamos aqui em períodos de seis em seis anos no que diz respeito ao estado de conservação bom há um aumento muito significativo do número de edifícios, assim como os que estão em ruína também cada ano que passa estão cada vez mais em

ruína. Também tivemos oportunidade de numa sessão, que decorreu na quarta-feira, de explicar, foi um dado interessante foi pena não poder estar já neste relatório, que, por exemplo, destes vinte e um em ruína, oito já estão com processo de licenciamento de obras para a reabilitação, o que é também motivador.

Também na página doze, desde dois mil e onze a dois mil e dezoito, é possível verificar como tem crescido a evolução dos requerimentos das operações de intervenção no centro histórico, assim como o número de atendimentos, e nota-se que está a haver maior investimento. Gostaríamos que fosse mais e mais célere, mas está a dar-nos ânimo este trabalho e em bom rigor ainda só estamos aqui a falar, neste caso concreto destes números finais das vinte e seis certidões, das dezassete operações, do número de requerimentos, de dezassete meses, neste caso, e ainda não estão os dados todos nomeadamente os de dois mil e dezanove.

Depois na página quinze, também os valores das intervenções estimadas e depois há uma componente que faz parte deste relatório que são os compromissos da obra pública daquela obra que é de iniciativa municipal e que visa também qualificar os espaços públicos e as infraestruturas de modo a dinamizar e até a contagiar os proprietários para não só conservarem e embelezarem os seus imóveis mas, sobretudo, para os reabilitarem dando-lhes, também, outros usos.

Estão aqui as principais obras que estão no PARU – Plano de Ação para a Regeneração Urbana que foram obras candidatadas a fundos, o Salão Nobre e edifício dos Paços do Concelho teve visto do Tribunal de Contas há cerca de uma semana/dez dias é uma obra que vai arrancar em breve, a rua Serpa Pinto está concluída, mas temos o antigo edifício da Pal que tivemos que fazer novas sondagens do terreno e novo projeto, o antigo edifício da GNR (edifício das reservas arqueológicas municipais), são duas obras que após o empréstimo do BEI serão lançadas mas há, também, a Igreja de São João, cujo protocolo assinámos recentemente, que vai ter agora uma primeira intervenção de contenção para que não caia nada e depois a intervenção de fundo.

As conclusões procuram até com muita objetividade e pouca adjetivação referir o trabalho que foi feito neste período e há também aqui um aspeto que eu gostaria de ressalvar, é que para além do uso habitacional constata-se hoje uma nova dinâmica e um risco com o empreendedorismo de novas atividades comerciais no centro histórico mas, sobretudo, aquelas ligadas ao turismo, ao alojamento local e houve também mais um Hostel, que já conheceis qual é e que está em pleno funcionamento, e está à apreciação de V.Exas."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** retomou participação nos trabalhos pelas 23:33 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente.

Caros Membros da Assembleia Municipal, questões?

Tem a palavra o PSD/CDS, Roberto Cortegano."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O Sr. Presidente fez uma boa explicação do relatório, mais concretamente em relação ao Centro Histórico de Palmela e que os números parecem satisfatórios, mas o que me preocupou neste relatório é a ARU do Pinhal Novo, em que existem setecentos e cinco edifícios e apenas nove requerimentos entrados de controle prévio.

Eu acho que estes números são preocupantes, um dos principais motivos a que tal aconteça também está muito bem mencionado no relatório. O facto do descentramento dos polos de vitalidade socioeconómica, das áreas de comércio, serviços, equipamentos e espaços de fruição coletiva que foram sendo recolocados fora da zona da ARU ao longo dos tempos. Não podemos desresponsabilizar aqui, ao longo deste tempo, o poder local dum problema que foi acontecendo durante anos aos olhos de todos numa zona e nalgumas ruas que foram em tempos das mais dinâmicas e com mais vitalidade na vida do Pinhal Novo.

É necessário que as medidas na conclusão do relatório, que está cheio de muito boas intenções e boas medidas, como, por exemplo, criar centralidades da ARU que fortaleçam as funções urbanas nesta zona e todas as outras que lá estão, que saiam mesmo do papel e que sejam mesmo implementadas e tomadas com a máxima urgência. É que já vamos tarde, mas mais vale tarde do que nunca.

Obviamente que votarei favoravelmente ao relatório, mas esperando que os resultados venham no futuro a serem bem mais satisfatórios."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra agora ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Pedro Biu."

O **Sr. Pedro Biu do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, boa noite Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, público resistente e caros colegas de bancada.

Pegando nas palavras do Godinho, temos o nosso centro histórico com muitos, muitos anos e muito antigo, e que, de facto, é de louvar estas iniciativas de recuperação. Parece um processo complexo, quer a própria adesão das pessoas, e os números já referidos pelo colega de bancada do PSD no Pinhal Novo são preocupantes quando há apenas nove consequências, mas há aqui um outro aspeto e que tem mais que ver com o relatório e nomeadamente quando o Sr. Presidente, e parabéns pela explicação do relatório que fez, falou na página doze há aqui uma incongruência em termos da forma de apresentação. É que no caso de Palmela se apresentam os números em concreto e no caso de Pinhal Novo se apresentam percentagens, o que nos deixa um bocadinho mais difícil de comparação, e eu acho que isto era um pormenor que devia ser corrigido para que a forma de comparação seja idêntica.

Uma outra coisa que eu acho que devia ser importante ter num relatório deste género e quando chegamos aqui a página quinze onde temos as obras concluídas ou as obras a decorrer era, perdoo-me o meu defeito profissional, temos aqui uma questão de níveis de serviço, perceber quanto tempo é que demorou desde o início, até para podermos comparar, eu não sei se estas obras estão concluídas. Começaram em dois mil e dezoito, no início, demoraram dezassete meses ou começaram a semana passada e fizeram rapidamente. Acho que isso é uma informação importante, vantajosa para quem avalia o relatório.

Tenho dito, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membro da Assembleia mais alguma questão? Não?

Sr. Presidente, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Duas notas, Sras. e Srs. Membros da Assembleia.

Em primeiro lugar, dizer-vos que uma estratégia e uma operação de reabilitação urbana, é um programa a dez anos, é isso que está na lei e é para isso que trabalhamos. A segunda nota, de facto, a forma de tratamento dos dados Palmela e Pinhal Novo tem essa discrepância, talvez porque nós em Palmela tendo um Gabinete do Centro Histórico que fez o levantamento de todos os casos, independentemente de haver candidaturas ou não à reabilitação, tem as coisas mapeadas, etc., tem um outro nível de documentação que permitiu ilustrar e melhorar a apresentação do relatório. Pinhal Novo, os dados são incipientes, mas há aqui um conjunto de fenómenos que nem sequer tem que ver também com essa nota que está no relatório.

Eu também pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se conseguiam fazer equipamentos coletivos em parcelas de terreno em tiras no centro na zona sul do Pinhal Novo, não conseguem. É evidente que os equipamentos coletivos têm de ir para onde há cedências de terrenos em operações de loteamento para esse efeito. Portanto, independentemente da conclusão, que até é técnica nem é política, do relatório eu quero aqui contestar essa conclusão ou essa inferência, que o Sr. Membro da Assembleia do PSD faz, de que há aqui alguma responsabilidade do município. É uma contingência natural, você só pode fazer os equipamentos onde tiver terrenos com dimensão para o efeito que sejam públicos e a esmagadora maioria desses terrenos vieram à posse do município por via de operações de loteamento. Em Palmela se o fenómeno fosse idêntico, nós não conseguíamos fazer equipamentos nenhuns no centro histórico. Que equipamento é que podemos fazer no centro histórico, qual é a estrutura da propriedade?

Ontem, precisamente, na sessão de alguns proprietários falavam da dificuldade que é reabilitar, construir, ir ao encontro do conjunto, temos uma procura enorme por parte de estrangeiros mas também de portugueses nacionais mas que depois se deparam com edifícios e com terrenos que têm noventa metros, sessenta e três metros de construção, que não podem ter o carro na rua porque senão ninguém passa, não podem fazer uma garagem porque senão ficam com uma cozinha, uma casa de banho e um corredor nem quarto têm.

No Pinhal Novo também há questões desta natureza. Eu conheço melhor que ninguém a estrutura da rua Infante Dom Henrique. Dum Plano de Pormenor que foi gizado a época, há muitos anos, e que o município teve de abandonar, aliás onde se tem feito planos de pormenor em vez de haver dinâmica urbanística toda a gente pára mas isto tem que ver um bocadinho com o conceito de quem investe e quem constrói, é que na zona sul do Pinhal Novo se fosse para mandar tudo aquilo abaixo e fazer prédios de quatro pisos tínhamos muita gente, mas o problema é que nós não podemos permitir ali prédios de quatro pisos. Não é possível, não há áreas para isso, não há estacionamento, nem pode haver infraestruturas para isso, o que nós estamos a procurar fazer, quando fala em equipamentos, a reabilitação que vamos fazer no largo da Mitra é um incentivo de reabilitação urbana para dignificar aquela zona sul. Os parques intermodais que estamos a criar em torno da estação e vamos fazer mais na zona sul, visam criar outra acessibilidade ao transporte publico, ao estacionamento até para os equipamentos que já ali existem, até coletividades onde se fazem um evento de maior enchente não há onde deixar a viatura. Agora nós temos, às vezes, constrangimentos desta natureza que também levam a que alguns investidores não arrisquem tanto, nós gostávamos que arriscassem. Nós estamos, inclusivamente, na zona sul a fazer o estudo por quarteirão, por unidades operativas de planeamento e gestão, com o tratamento das cérceas para que seja mais fácil para quem constrói poder informar-se e saber o que é que ali pode fazer. Não tem o projeto feito pela Câmara, mas tem já os alinhamentos, as regras todas, é mais fácil mandar fazer um projeto para agilizar estes aspetos.

De facto, isto tem que ver com outras estratégias e que nós estamos a fazer essa inversão, o país está a fazer essa inversão, vamos ter oportunidade de discutir isso quando abordarmos aquilo que está subjacente à nova lei dos solos e ao PDM, que é acabar com a extensão dos perímetros urbanos. Repare que há apetência para construírem nova construção nos loteamentos que ainda

têm espaços inacabados e ainda há gente quer fazer loteamentos na periferia, isso tem de acabar, não há infraestruturas para isso, é impagável e criamos ilhas que depois ninguém lá vai cortar as ervas porque estão a invadir o campo. Hoje a filosofia é contenção dos perímetros, redução dos perímetros, porque é obrigatório, porque não há demografia. Quem fez PDM's a pensar num Pinhal Novo com quarenta e cinco mil habitantes em mil novecentos e noventa e nove/dois mil ou cento e sessenta e três mil habitantes no concelho, sabem quantos temos, não é?, projetou perímetros demasiado generosos. Hoje temos que voltar ao centro e as pessoas têm que perceber que é o centro que temos que reabilitar, que temos que reocupar e nós daremos esse contributo, também, pondo lã alguns equipamentos.

Olhe, quando nós muitas vezes discutimos com as gentes de Palmela porque é que não juntamos os serviços todos, dado que não conseguimos um espaço e alavancagem financeira para fazer uma Câmara Municipal num só edifício, isso era levar os serviços para fora de Palmela. Porque é que nós continuamos a querer comprar alguns edifícios no centro histórico para arquivos, para equipamentos municipais, precisamente para dar vida e temos que fazer o mesmo em Pinhal Novo mas não podemos fazer tudo sozinhos. Temos que fazer isto com os privados e a lógica da operação é dar um conjunto de incentivos para que as pessoas percebam que hoje o que tem que começar a dar, peço desculpa parece quase o slogan publicitário, é reabilitar e não é tanto construir de novo, porque também quem vai para longe também se vai queixar, depois, da falta de outros equipamentos e nós temos que reocupar o centro das cidades, e isto faz-se paulatinamente, depois também estamos dependentes de ciclos recessivos, houve legislação nacional que também demorou a sair, olhe até nas políticas de habitação eu também não sei se a solução está em fazer aquilo que dantes chamavam bairros de habitação social. Vamos ter de regressar, se calhar, à habitação cooperativa e vamos ter de regressar ao comprar para reabilitar para arrendar. Este é um paradigma que também demora algum tempo a fazer escola no espírito de quem quer investir, porque há quem queira fazer as coisas sem grandes constrangimentos, rápido, depressa para dar muito dinheiro, a reabilitação dá um bocadinho mais trabalho.

Nós criámos um conjunto de incentivos, eu creio que nós fomos ao máximo daquilo que a legislação permitia, e estamos a procurar dar o exemplo com alguns investimentos públicos, para reabilitar os espaços para as pessoas perceberem que esta praça foi arranjada, vai haver aqui mais este edifício. Não até andamos qualquer dia a pagar aos bancos para porem caixas de Multibanco, nalguns bairros e nalgumas zonas, para ver se as pessoas percebem que é ali que têm que habitar, que é ali tem que têm que ter o seu comércio de proximidade. Fizemos um conjunto de outros incentivos para quem reabilitar, criar comércio nestas zonas e, também, para quem quiser arrendar a jovens. Vamos procurar aprofundar até ao limite que a legislação nos permite, vamos dar o exemplo com obra pública, mas temos aqui uma grande transformação de mentalidades.

Felizmente o centro histórico eu diria que está na moda, tem havido mais procura, na zona sul do Pinhal Novo a procura que há, infelizmente, é a lógica de mandar abaixo e não é fazer a baixa densidade que lá está, é fazer coisas que, felizmente, por um lado o PDM não permite.

Penso que vamos reeducando, também, os investidores dando-lhes alguns incentivos para chegarmos a outros objetivos me mais ambiciosos mas, para já, esperemos com estas campanhas que vamos intensificar possamos ter mais gente a investir também na zona sul do Pinhal Novo, sobretudo naquele casco mais antigo."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia podemos votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

Sra. Presidente de Mesa:

"Vamos ao último ponto, Empréstimo bancário."

PONTO OITO – **Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos – Adjudicação.**

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, na sequência da aprovação da Assembleia que nos permitiu o pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos bancários de médio longo prazo, os nossos serviços consultaram sete entidades bancárias, houve um prazo para apresentação de propostas, concorreram as sete e depois de aplicados os critérios, os parâmetros definidos no caderno de encargos chegou-se a uma ordenação das propostas que cumpriam todos os requisitos exigidos na consulta.

Os resultados para um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de quatro milhões, mil setecentos e vinte e dois euros com a finalidade de financiar o plano plurianual de investimentos, com um prazo de quinze anos e um prazo de utilização de dois anos, com prestações constantes de capital e juros, pagamentos semestrais, taxa de juro indexada à Euribor a seis meses, isento de comissões e com a possibilidade de antecipar liquidação e amortização do empréstimo sem qualquer penalização, feitas as contas e a análise das propostas aponta para a proposta apresentada pelo Crédito Agrícola Mútuo Entre Tejo e Sado e propõe-se que seja excluída a proposta do Novo Banco que foi entregue fora do prazo estabelecido para o efeito.

Eu volto aqui atrás na proposta para dizer que nela consta um quadro com a aferição da dívida total no quarto trimestre, extraído da DGAL, e como é visível, pela consulta deste quadro, o município tem uma margem disponível para aumentar a dívida total e o que se propõe, por um lado excluir a proposta no Novo Banco e por outro contrair então o empréstimo, nas condições que aqui foram referidas, até ao montante máximo também assinalado ao Crédito Agrícola (Caixa de Crédito Agrícola Mútua Entre o Tejo e Sado) porque é aquela que apresenta a proposta com as condições financeiras mais favoráveis, menor spread e consequentemente com menores encargos financeiros, nas condições e nos termos da proposta apresentada.

E é isto."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Três notas simples sobre a proposta. Nada a obstar em relação ao processo, penso que há transparência em todo o processo, a entidade que é excluída entrega a candidatura seis minutos depois do prazo e está excluída, tempo é tempo e agora com as informáticas é muito simples ver tudo isto.

Notas do Partido Socialista, que este possa ser um empréstimo que sirva efetivamente para as propostas de obra que estão nas Grandes Opções do Plano…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Só pode ser para essas."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Eu sei Sr. Presidente, só pode ser para essas. O problema é que o senhor muitas vezes pede os empréstimos e fica com eles, porque não os consegue concretizar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Fica com eles, não, tenho que os devolver, o dinheiro que não é utilizado não chega à Câmara."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Fica com eles em carteira."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Já nem sequer em carteira. O que o senhor quer dizer é que não é todo utilizado."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, não, eu quero dizer é que o senhor não tem capacidade para fazer a obra, é isso que eu quero dizer."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ah! Isso vamos ver, vamos ver Sr. Membro da Assembleia."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Oh Sr. Presidente, o senhor está difícil hoje.

Não tendo capacidade de fazer obra deixa o empréstimo por utilizar, é isto que eu quero dizer tão simples quanto isto.

Eu espero que este empréstimo consiga concretizar as obras que estão nas GOP, que o senhor já disse que são mesmo para essas. Sim, eu sei que são para essas e sei há quantos anos lá estão algumas delas. Sim, veja quais são as que vêm para aqui e depois diga-me há quanto tempo nós temos isto de ano para ano."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"São tudo obras deste mandato."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não são todas obras deste mandato, porque há ali coisas que o senhor já pôs nos planos há não sei quantos anos, eu mostro-lhe duas que estão lá.

E que tenha um aproveitamento conveniente e que estes dois anos que temos a mediar a possibilidade de utilização deste empréstimo, que já vai a entrar no próximo mandato, e que aquilo que não se conseguir, digo eu, transitar de um mandato para outro possa ser, pelo menos, equacionado de forma a que as verbas estejam adstritas e que se vá buscar estas verbas efetivamente para que a obra se possa, mais que não seja, iniciar no sentido de não termos cortes em relação àquilo que pode ser efetivamente concretizado e não pode ser concretizado.

Os munícipes, muitas vezes, não percebem porque é que nós temos esta capacidade de endividamento como temos, acabamos por ter tanta coisa para fazer, e tanta coisa por construir e tanta coisa para cimentar, teremos sempre, as obras estarão sempre inacabadas e o concelho estará sempre em construção. Mas o que é facto, é que há algumas matérias que há muito tempo poderiam estar solucionadas e não tem havido a capacidade de empreender a este nível a partir do momento em que a capacidade de endividamento cresceu como tem crescido nos últimos cinco/seis anos.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Dou a palavra ao PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu não me vou repetir porque já fizemos precisamente os considerandos equiparados ao colega do PS aquando da proposta de empréstimo aqui trazida à Assembleia, portanto remeto para a ata anterior as palavras que dissemos, e é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Há mais alguma intervenção?

Então, Sr. Presidente quer responder?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Houve uns que, também, só marcaram golos já no fecho do prolongamento, portanto, no final do jogo que fazemos as contas mas, de facto, se fôssemos assim tão pessimistas também não punha-mos aqui o do prazo de utilização de dois anos, punha-mos três ou quatro. O objetivo é que o Tribunal de Contas não demore muito tempo a dar o visto, porque temos aqui um conjunto de obras que têm tudo pronto, projetos, caderno de encargos, etc., para ir para a rua."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Bem, então, votamos?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Eu gostava de terminar como comecei, na altura não estavam presentes, nós agradecemos e sublinhámos a vossa disponibilidade da nossa SIM e o apoio à organização da sessão. Muito obrigada por terem vindo hoje, também, é sempre bom voltar a esta casa e ver como está bonita nos seus quase cem anos, para o ano.

Muito obrigada, e continuação de bom trabalho."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e dois minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Andreia Sofia Dias Bento**, na qualidade de Segundo Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Quinta do Anjo, aos vinte e oito dias de fevereiro de dois mil e vinte.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Segundo Secretário

Andreia Sofia Dias Bento